

CADERNOS NAVAIS
N.º 16 — Janeiro - Março 2006

O MEDITERRÂNEO GEPOLÍTICA E SEGURANÇA EUROPEIA

António Emílio Ferraz Sacchetti

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia
Edições Culturais da Marinha
LISBOA

O Vice-Almirante António Emilio Ferraz Sacchetti foi, durante nove anos, professor, subdirector e director do Instituto Superior Naval de Guerra. Em 1988 e 1989 foi Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. É presidente do Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE), professor universitário e presidente da Academia de Marinha.

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. Para esse efeito, os trabalhos serão publicados nos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO:

O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia

COLECÇÃO:

Cadernos Navais

NÚMERO/ANO:

16/Jan.-Mar. 2006

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 972-8004-83-4

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 600 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

ACMA – Artes Gráficas, Unip. Lda

O MEDITERRÂNEO GEPOLÍTICA E SEGURANÇA EUROPEIA

1. **INTRODUÇÃO**

A História do Mediterrâneo tem sido a história dos seus conflitos, do relacionamento muito próximo e difícil de diversas culturas que, até ao século XX ¹ e em alguns aspectos, mais se diferenciaram e dividiram do que se aproximaram.

Os mares de pequena e média dimensão são mares de navegação intensiva, que aproximam os povos, ao contrário dos grandes oceanos, de navegação extensiva, que separam os povos.

Com excepção do acesso ao interior da Ásia a partir da região que hoje designamos Próximo Oriente, pelas rotas da seda e das especiarias, sempre foram mais intensas as ligações marítimas entre quaisquer pontos do litoral mediterrânico, do que entre a faixa costeira e o interior continental, europeu ou africano.

O desenvolvimento da talassocracia cretense, as colónias gregas, o domínio marítimo persa mais tarde derrotado em terra por Alexandre ², a expansão marítima fenícia, o *mare nostrum* romano, a expansão turca travada no mar pelas esquadras da cristandade, a presença imperial inglesa, o confronto naval Leste-Oeste do tempo da Guerra Fria e o actual

¹ O persistente diálogo Euro-Mediterrânico, nas suas múltiplas vertentes, poderá favorecer o entendimento neste princípio do século XXI.

² Alexandre da Macedónia, o Grande, não querendo usar o poder marítimo ateniense, foi conquistando todas as terras do litoral do Mediterrâneo Oriental, fundou Alexandria do Egipto, conquistou Tiro, que tinha deixado para trás por ser demasiado forte, e seguiu então para o interior da Ásia. A força naval persa não teve oportunidade de entrar em combate e soçobrou por falta de apoio de bases de abastecimento, para construção naval e para recrutamento de pessoal.

problema das migrações clandestinas, tudo isto faz parte da história do Mediterrâneo.

É a história de povos que, mais através do mar do que em progressões terrestres, conviveram sem se descaracterizarem, num verdadeiro encontro de culturas que, repito, se influenciaram mas mais se diferenciaram do que se amalgamaram.

Não houve aqui, em tempo algum, um *melting pot*.

Ao tratar hoje o tema o “Mediterrâneo – Geopolítica e Segurança Europeia”, e uma vez que está terminado o confronto marítimo entre os blocos Leste e Oeste, julgo que se deve pensar no Mediterrâneo como um “mar entre terras” ligando os povos das suas margens e não no Mediterrâneo como flanco Sul da Europa, ou da NATO; penso também que interessa considerar a Europa como uma união política em construção à procura da sua identidade e não como a entidade geográfica “Velho Continente”; mais ainda, penso que se deve notar que a segurança é um conceito em revisão e que há aspectos globais importantes desta região que a podem pôr em causa.

A natureza dos problemas que envolvem e interessam aos povos do Mediterrâneo é muito diversa e tem evoluído bastante ao longo dos tempos.

Há problemas geoculturais, os mais antigos, históricos, mas que vêm persistindo ao longo dos tempos.

Há problemas geoestratégicos que predominaram com grande evidência durante a Guerra-Fria, na segunda metade do século XX.

Há problemas geopolíticos mais recentes e que estão a ter especial acuidade neste início do 3.º milénio.

Hoje, a Europa, toda a Europa, quando olha para o Mediterrâneo vê com preocupação o persistente conflito israelo-árabe e o muito antigo conflito dos Balcãs (recorde-se que a nobreza sérvia foi derrotada da pelos turcos em Cosovo ³, em 28 de Junho de 1389, e que a revolta dos sérvios contra o Império Otomano teve lugar em 1804-1813, iniciando assim dois séculos de luta pela independência).

³ No outro extremo da Europa, os reis de Portugal, Castela e Aragão, tinham derrotado os muçulmanos na batalha do Salado, em 1340. O Islão era pressionado no Ocidente europeu mas avançava no Leste da Europa.

Mas, no que se refere à África árabe mediterrânica, os problemas são fundamentalmente económicos e sociais, tendo como causas os desequilíbrios económicos e o crescimento demográfico no Sul ⁴, e como consequências, os problemas sociais e culturais para o Norte.

A Europa deseja garantir a segurança e a paz no Mediterrâneo. Para isso desenvolve um intenso esforço diplomático e mantém uma presença no mar, em acção de vigilância, procurando evitar que riscos e crises degenere irremediavelmente em conflitos.

Não devemos entrar no III milénio da nossa Era e VIII da História do Mediterrâneo indiferentes ao desenvolvimento tecnológico que facilita extraordinariamente a troca de conhecimentos e de informações, tão úteis à melhor compreensão entre os povos, e ignorando os projectos universais de paz, de liberdade, de solidariedade e, principalmente, de maior respeito pela pessoa humana.

2. FACTOR GEOGRÁFICO ⁵

Disse Spykman que a geografia é o factor do poder nacional mais importante porque é o mais permanente.

A geografia influencia o carácter de um povo, condiciona os seus hábitos de vida, tornando-se um dos pilares da sua formação cultural.

É na História que encontramos o registo destes factos. É na História que analisamos o modo como essa influência afectou o comportamento dos povos e o seu relacionamento com as populações de outras regiões geograficamente diferentes.

No Mediterrâneo, tal como em outras grandes áreas onde convivem culturas milenárias, o estudo da Geografia e da História são essenciais para a compreensão dos actuais desenvolvimentos estratégicos. Contudo, é interessante verificar como esta realidade não se aplica com a mesma evidência em todas as regiões do mundo.

⁴ Ver, em Anexo, *Migrações na Bacia do Mediterrâneo*.

⁵ Com base num artigo publicado na **Revista da Armada**, Março de 1999, pp. 6 e 7, com o título *Mediterrâneo e o Factor Geográfico*.

O estudo geopolítico do vasto continente americano debruça-se essencialmente sobre o caldeamento de populações imigradas, um movimento que teve valores mais significativos apenas no último século e meio. É mais importante o aspecto humano do encontro, do choque ou do convívio de grupos culturais diferenciados, do que propriamente a influência, em tão curto período histórico, do novo meio geográfico sobre os recentes habitantes.

Mas já não são indiferentes os sedimentos geográficos que os imigrantes trazem na sua bagagem cultural. Diz-se, por exemplo, que o açoreano se sente mais à vontade do que outros portugueses nas áreas sísmicas da Califórnia, porque transporta consigo uma grande habitação a esses fenómenos naturais.

Na América, a geopolítica é "feita" por uma classe geograficamente estrangeira e moderna no calendário da História.

Em África, a geopolítica é "feita" por uma classe nascida naquele meio geográfico, mas até há muito pouco tempo politicamente alienada e que pretende empreender, com muita dificuldade, uma grande transformação, afirmando a sua identidade e assumindo o seu destino. Aqui sente-se com muita frequência que a ligação do homem à terra é profunda mas tem muito pouco que ver com as comunidades (diversas das nações) que vivem dentro das fronteiras traçadas artificialmente por outros, nas distantes cidades de Berlim ou de Bruxelas.

Na Ásia residem culturas autóctones muito antigas, cheias de sabedoria e de tradições, que só aceitam outras influências na exacta medida em que podem favorecer os seus interesses; e fazem-no através de um processo lento de inculturação que pretendem ser eles mesmo a conduzir.

No Mediterrâneo, culturas milenares "*convivem em conflito*". Para além de alguns fenómenos naturais também frequentes, outros terramotos sociais marcam cada uma das eras, idades, séculos ou épocas.

A primeira cidade fortificada, Jericó ⁶, foi edificada há 9.000 anos. O reino do Egipto prolongou-se por milénios. Os impérios assírio e

⁶ A Grande Muralha da China, unindo e prolongando alguns painéis mais antigos, só começou a ser construída no século III a.C.

depois o babilónico ainda são contemporâneos do apogeu da Grécia do século IX ao século VI a.C.. Está na Antiguidade Grega o primeiro pilar da nossa cultura ocidental.

Os hebreus viveram o seu exílio no Egipto no século XIII a.C. e repetiram-no na Babilónia no século VI a.C. O império persa libertou-os e dominou a Ásia Menor chegando à Europa, a Norte do Egeu.

Alexandre da Macedónia, o Grande, invadiu as costas do Mediterrâneo oriental na Europa, na Ásia e em África, no século IV a.C.. Derrotou o imperador persa e, avançando para Oriente, fez do mundo conhecido o seu império. Cedo se fragmentou, enquanto Roma crescia. Roma é o segundo pilar da nossa cultura ocidental.

E durante pouco mais de cinco séculos (cerca do ano 70 a.C. até meio do século V d.C.) o Mediterrâneo foi um mar romano, não um calmo lago romano como muitas vezes se diz porque continuou a ser palco de guerras.

Foi no primeiro século deste domínio romano que se deu um acontecimento tão importante que marca o início da nossa Era, o início da contagem dos tempos pelo qual se regem todos os povos do globo, quando pretendem entrar no convívio universal. O nascimento de Cristo e o desenvolvimento do terceiro pilar da nossa cultura que começou por se designar "Cristandade", que só muito mais tarde se chamou de cultura europeia e hoje é referida como cultura ocidental.

A diversidade étnica, na Bacia do Mediterrâneo, teve algumas alterações, principalmente em resultado das invasões dos povos do centro da Europa, no princípio do século V, dos eslavos em direcção aos Balcãs logo a seguir, dos árabes do Sul no século VII e de outras migrações.

Mas o mosaico cultural acentuou-se mais por força da diferenciação do factor religioso, ainda que todos os povos do Mediterrâneo reconheçam o Patriarca Abraão (1800 a.C.) e aceitem os princípios fundamentais da Bíblia (Antigo Testamento): Os hebreus, desde há

milénios; os cristãos, desde o início da nossa era ⁷; o islamismo, a partir do início do século VII. Posteriormente, separaram-se da Roma católica os ortodoxos, em meados do século XI, e as igrejas cristãs reformadas, a partir do início do século XVI.

O facto de estas religiões mediterrânicas, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, com todas as suas variantes, reconhecerem Abraão como Pai, não facilitou o entendimento.

O Mar Mediterrâneo, apesar de ser o terceiro maior do mundo ⁸, é de reduzida dimensão.

A Bacia do Mediterrâneo é extensa na sua dimensão Leste-Oeste, com 4.000 quilómetros do Cáucaso a Gibraltar, e apenas 1.400 quilómetros da costa da Líbia aos Alpes. Nela se inclui a região do Mar Negro. Está dividida em Mediterrâneo Ocidental e Mediterrâneo Oriental pelo estreito que fica entre a Ilha da Sicília e o Cabo Bom, na Tunísia, e que tem a Ilha de Malta na proximidade. O conflito bipolar Leste - Oeste realçou a importância desta divisão do Mediterrâneo em Ocidental e Oriental, face às condições e eventuais consequências da utilização da força pelos dois pactos em confronto. Com o desmantelamento da "cortina de ferro" a importância estratégica desta divisão geográfica desvalorizou-se, tal como se vem esbatendo a divisão política da Europa em Ocidental, Central e do Leste.

A forma alongada do Mediterrâneo e as curtas distâncias entre as cidades do litoral, sempre proporcionaram uma relação fácil e constante entre as civilizações que se desenvolveram em faixas geográficas costeiras de razoável extensão mas bastante limitadas em profundidade.

⁷ O cristianismo só se dispersou pela Europa a partir do fim do século IV. Em 313 o Edito de Milão garantiu liberdade aos cristãos. Em 496 (para outros autores 507) foi o baptismo de Clovis, rei dos francos, e de 3.000 dos seus súbditos (cf. Donald Matthew, **Atlas of Medieval Europe**, Phaidon Press Ltd., Inglaterra, 1986, p. 39).

⁸ O maior é o Mar da China Meridional com 2.974.600 km² e o segundo é o Mar das Caraíbas com 2.515.900. O Mediterrâneo vem muito perto, com 2.510.000 km², e se lhe juntarmos o Mar Negro, com 472.000 km² e o Mar de Azov, com 36.000 km², será mesmo o maior de todos os mares da Terra.

O mar foi mesmo o único elo de ligação entre os povos das suas ilhas ou das suas margens, desde as primitivas civilizações marinhas egípcias do V milénio a.C., ou da primeira talassocracia cretense, entre o IV e o II milénios a.C.

Num estudo sobre a civilização egéia, escreveu Glotz:

"O Mediterrâneo, o mais belo de todos os mares, com ondas de um azul transparente, é também aquele que a história revela mais útil e mais benfazejo.

*... o homem, nestas regiões é irresistivelmente atirado para o mar. O remo parece aqui tão necessário como a charrua ou o cajado do pastor. Por todos os lados uma terra acessível chama e convida a trocar o que ela tem por aquilo que lhe falta. Não há costa donde se não aviste uma ilha. O marinheiro pode singrar em direcção a vários fins, todos eles visíveis."*⁹

E em 1971, quatro anos antes da criação do primeiro fórum moderno para o diálogo mediterrânico, o da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa, hoje OSCE, o Professor Hernâni Cidade escreveu o seguinte:

*"O Mediterrâneo era uma espécie de praça líquida, em torno da qual se situavam povos a que as condições geohistóricas facilitavam o progresso. Distâncias curtas convidavam a frequentes viagens de comércio e convívio, e era todo um animado bulício de actividades e experiências, nessa troca de produtos das mãos e das mentes, que decorria entre países que a geografia assim privilegiava."*¹⁰

⁹ A G. Glotz, **La Civilisation Égéeenne**, pp.3-6, citado por António de Sousa e Faustino Torres, **Primeiras Sociedades Comerciais**, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1946, pp. 35-36.

¹⁰ Cidade, Prof. Doutor Hernâni, *O Mar na Formação e Robustecimento, na Defesa e Ilustração de Portugal*, **Boletim** n.º 7, 1971, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 25 a 38.

Mas apesar deste *animado bulício de actividades e experiências*, e mesmo depois de no século VII todos os povos ribeirinhos terem passado a seguir religiões com a mesma raiz histórica, as diferenças culturais nunca se dissiparam e os problemas geoculturais acompanharam sempre a evolução política da região.

Aliás, cretenses, fenícios, gregos e romanos usaram indiferentemente as três margens do Mediterrâneo (Norte, Leste e Sul), considerando-o uma zona cultural comum, contígua aos três continentes, a “praça líquida” a que se refere Hernâni Cidade. Só a progressão do islamismo do século VII traçou pelo Mediterrâneo a fronteira Sul da Europa.

Não é a união consentida por este “*mar no meio da terra*”, nem são os valores que constam do *Livro* comum, que dominam as relações entre os povos ribeirinhos. Estas são antes marcadas pelos elementos que os afastam, pelas diferenças étnicas, genéticas, pelos choques de interesses divergentes, pelas lutas religiosas e lutas pelo poder.

Os cercos de Jerusalém (701, 598-7, 588-7 a.C. e 70 d.C.) e as destruições do Templo (587 a.C. e 70 d.C.), os saques e a conquista de Roma pelos bárbaros (476 - fim do Império Romano do Ocidente), a queda de Constantinopla (29 de Maio de 1453 - fim do Império Bizantino e fim da Idade Média), são exemplos de conflitos ligados às capitais imperiais e religiosas que marcam as Idades da nossa História.

E assim tem continuado ao longo dos tempos.

O século passado começou com três guerras nos Balcãs e acabou em guerra: sérvios ortodoxos e muçulmanos no Kosovo, e ambos com os cristãos na Bósnia; turcos muçulmanos e gregos ortodoxos, em Chipre; hebreus e muçulmanos em Israel e na Palestina; as emigrações do Norte de África árabe para o Sul da Europa, etc.

No início do século XXI começam a manifestar-se alguns muito fracos sinais de esperança na evolução para um Mediterrâneo mais seguro e pacífico, provenientes de uma certa consolidação do Diálogo Mediterrânico, da prevalência do direito internacional sobre os interesses nacionais ou mesmo sobre a soberania dos Estados e de uma mais generalizada preocupação quanto ao respeito que devem merecer os direitos humanos.

3. A ESTRATÉGIA NAVAL NO MEDITERRÂNEO

Os conflitos da bacia do Mediterrâneo têm causas diversas e são independentes uns dos outros.

O Mediterrâneo não é uma unidade estratégica. É antes uma área caracterizada pela diversidade estratégica.

E esta diversidade pode justificar o empenhamento das diferentes organizações dedicadas à cooperação e à segurança que se indicam em Anexo.

Durante a Guerra Fria, e principalmente depois da crise do Canal do Suez de 1956 ¹¹, era no Mediterrâneo que as forças navais das duas superpotências mais claramente se enfrentavam, numa atitude de permanente vigilância recíproca, tão próxima que as unidades navais antagonistas chegavam ao contacto físico, numa constante violação das mais elementares regras da segurança da navegação ¹².

A situação modificou-se radicalmente no início da década de 90 do século passado.

Sob o ponto de vista naval, a bacia do Mediterrâneo vive, a partir de então, um período de rara tranquilidade, ainda que, como veremos, as forças navais venham cumprindo missões de tanto ou maior interesse do que as que lhe competiam no período de Guerra Fria.

Na verdade, as grandes potências marítimas não se olham mais como inimigos e as nações da região que hoje estão em conflito não têm poder naval significativo.

E talvez porque a situação internacional, na generalidade, é hoje de razoável estabilidade, com excepção do Sudoeste da Ásia, há uma diferença de pensamento entre a NATO e a União Europeia quanto aos objectivos do emprego do poder naval no Mediterrâneo.

¹¹ A partir desta data a França reduziu a sua presença naval no Mediterrâneo Oriental; o Reino Unido também reduziu a sua presença no Mediterrâneo, preparou a independência de Malta que veio a concretizar-se em 1964, mas manteve as suas bases em Chipre e em Gibraltar; a URSS passou (por pouco tempo) a ter uma base em Alexandria; a Jugoslávia reatou relações diplomáticas com a URSS em Maio de 1955 (tinham sido interrompidas em 1948), o que também lhe proporcionou reduzidas facilidades de apoio naval em portos do Adriático.

¹² Durante a Guerra Israelo-Árabe de Junho de 1967 juntaram-se no Mediterrâneo Oriental 47 navios americanos e 25 soviéticos. Durante a Guerra do Yom Kippur de Outubro de 1973 os soviéticos chegaram a ter na área 96 navios frente a uma 6.^a Esquadra americana reforçada com outras unidades.

Para a NATO, o Mediterrâneo foi uma das importantes sub-regiões do Flanco Sul ¹³ e uma das áreas onde as forças navais das duas super-potências mais directamente se enfrentavam, como foi dito.

Mas actualmente a NATO está preocupada quase exclusivamente com o Mediterrâneo oriental, quer com os Balcãs (onde intervém), quer com o conflito israelo-árabe (onde não intervém), ou ainda com o apoio distante às regiões do Sudoeste e Centro da Ásia, onde também já marca presença.

A Europa interessa a utilização do poder naval em missões de vigilância, controlo e segurança em toda a Bacia do Mediterrâneo, mas mais no Mediterrâneo central e ocidental. A Europa pode agora dar prioridade a objectivos de segurança, não de defesa, e preocupar-se com missões de carácter humanitário.

As ameaças globais de hoje sentem-se também, como é evidente, na bacia do Mediterrâneo, embora com intensidades diferentes, em relação a outras partes do mundo.

Mas às ameaças do terrorismo, do tráfico de drogas e de armamentos, junta-se a grande preocupação com as migrações ilegais e o tráfico de pessoas, que aqui se manifestam com particular preocupação, embora a situação não seja tão grave como se previa na primeira metade da década de 90.

A Europa deseja coordenar a política de segurança, que inclui a defesa contra estas ameaças bem como a dissuasão e a prevenção das migrações ilegais.

Para além das políticas de longo prazo, que incluem o desenvolvimento económico e social na origem das correntes de imigração, bem como a integração social no terminal daquelas correntes, é necessário desenvolver, desde já e em permanência, uma acção coordenada de vigilância e fiscalização no mar.

Essa missão de controlo do mar visa não só a dissuasão e o combate da clandestinidade, como também o objectivo humanitário da protecção

¹³ As outras duas sub-regiões do Flanco Sul eram: Uma, a extensa fronteira terrestre entre a Turquia (NATO) e a União Soviética (Pacto de Varsóvia); outra, o Atlântico que a partir de Gibraltar segue ao longo da costa de Marrocos e do Trópico de Câncer, até ao Golfo do México.

da vida humana no mar, uma vez que esta nova vaga de *boat people* se processa em péssimas condições sanitárias e sem qualquer segurança, do que resulta, em média, cerca de um naufrágio por dia (registaram-se cerca de 500 por ano, no fim da década de 90).

Deverá notar-se que, após o 11 de Setembro, as marinhas militares vêm cumprindo as missões comuns que estão fundamentalmente relacionadas com o combate a ilícitos, mas que visam também combater o terrorismo. Há a noção de que o tráfico de droga financia muitas vezes a Al Qaeda ou outros grupos extremistas, que os terroristas se podem misturar nas levas de imigrantes clandestinos, que as armas de contrabando podem destinar-se aos grupos comandados à distância por Ben Laden, etc..

Na luta contra o terrorismo tem que haver efectiva cooperação; o unilateralismo é ineficaz.

Portugal vai receber a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima, que deverá ter também, entre as suas responsabilidades, a prevenção e o combate a alguns dos ilícitos que vêm sendo referidos.

Mas, para além da EUROFOR e da EUROMARFOR ¹⁴ já existentes e reservadas ao Mediterrâneo, pensa-se também organizar uma Guarda Costeira europeia e, certamente, terá que haver uma grande cooperação entre estas duas entidades: a Agência e a força naval.

É para este tipo de missões que Portugal necessita, há muito, dos patrulhas cujo programa de construções está a desenvolver-se por fases ¹⁵.

Um facto ocorrido há pouco tempo mostra bem uma das razões que tornam evidente esta necessidade.

De 4 a 8 de Fevereiro de 2003, foi efectuada uma acção naval de patrulha e fiscalização no Mediterrâneo, com a designação de *Operação Ulisses*, em que participaram seis navios das Marinhas de Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Itália. Neles embarcaram observadores da Grécia, Noruega, Holanda, Alemanha, Polónia e Áustria.

¹⁴ Ver, em Anexo, *Forças Multinacionais Europeias*.

¹⁵ Em 17 de Novembro de 2004, em Viana do Castelo, foi assinado o Contrato Quadro para a construção de seis Navios Patrulhas Oceânicos e de cinco Lanchas de Fiscalização Costeira. A construção de quatro Patrulhas pelos mesmos Estaleiros de Viana já tinha anteriormente sido aprovada.

Portugal teve que enviar a corveta “João Coutinho”, que era o maior dos navios da força. Todos os outros países enviaram patrulhas, navios pequenos perfeitamente adequados à missão.

Entre outros inconvenientes, como por exemplo o excessivo armamento, a “João Coutinho” tinha uma guarnição de 70 homens, enquanto que os outros cinco navios tinham um total de apenas 91 homens.

4. A “IDEIA DE EUROPA”. SOBERANIA E DIREITO INTERNACIONAL

A Europa poderá enfrentar alguns problemas que resultam da sua herança e tradição cultural e que influenciam muito a sua actual atitude política.

A Europa tem uma rica herança histórica e religiosa, humanista, que não pode ser encarada apenas como uma recordação do passado, independentemente de desejar manter a integral laicidade dos Estados.

Os fundamentos dessa herança são formados pela tradição bimilenária de cunho judaico-cristã, enraizada em princípios da filosofia grega e do direito romano.

Os contactos muito antigos, frequentes e profundos, entre os povos europeus, a par de períodos curtos de expansão imperial ou de fidelidade horizontal à Igreja de Roma, permitiram criar um núcleo de valores comuns e obter um conhecimento bastante correcto das diferenças particulares que formam a realidade multicultural europeia.

Velho Continente é uma designação europeia que nasceu da necessidade de afirmar a sua própria identidade e de se diferenciar após o encontro da cultura europeia com as do Novo Mundo e dos outros mundos.

Velho Continente porque nele nasceu e se enraíza a cultura que desde então se vem propagando por todo o globo, inicialmente por iniciativa e imposição sua, num movimento de carácter centrífugo.

Terminada a bipolarização política mundial, na qual aquela cultura ocupou um dos pólos, vem-se generalizando a adesão voluntária de muitas

nações aos princípios que caracterizam o sistema político ocidental, agora num movimento de carácter centrípeto.

Por outro lado, o mundo tornou-se estrategicamente unipolar, liderado pela única superpotência, os Estados Unidos da América. E há quem entenda que a Europa, a velha Europa, está a perder poder e prestígio ¹⁶.

Diz-se mesmo que a Europa é um gigante económico e um anão político. Mas a verdade é que esse anão político, com todas as dificuldades, hesitações e contestações próprias das grandes mudanças, está a dar um grande passo num sentido claramente positivo sob o ponto de vista do desenvolvimento humano.

Como escreveu o Professor Adriano Moreira, *o tema de declínio da Europa teve muito que ver com a desagregação do império euromundista mas não tanto com as contribuições para o património comum da humanidade* ¹⁷.

Na Europa, depois de milénios de guerras internas e de duas “guerras civis” mundializadas pela estrutura política imperial do século XIX e da primeira metade do século XX, dois dos inimigos históricos, a França e a Alemanha, uniram-se por tratado, estabelecendo as bases para a fundação de uma união política de natureza única no mundo. Nos últimos 60 anos a Europa conseguiu fazer esquecer aqueles milénios de rivalidades frequentemente violentas. Em menos de duas décadas estabeleceu uma moeda única. O alargamento faseado conseguiu, por adesão voluntária e no respeito pelo pluralismo nacional, o que as conquistas de Carlos Magno, de Carlos V, de Napoleão ou de Hitler nunca lograram alcançar.

A União Europeia nasceu de um projecto de paz. Isto dá-lhe credibilidade perante os vizinhos mediterrânicos e pena é que não sirva também como exemplo.

¹⁶ Em Janeiro de 2003 o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld referiu a *Velha Europa* em tom depreciativo para criticar o pensamento “antiquado” da França e Alemanha, que manifestaram não apoiar abertamente os EUA na luta contra o Iraque. Foi um uso do conceito *Velha Europa* do qual discordo e que nada tem que ver com o que aqui se expõe.

¹⁷ Moreira, Prof. Doutor Adriano, *O Alargamento, Diário de Notícias*, Lisboa, 28 de Dezembro de 2004.

Penso que a Europa nasceu de uma certa “Ideia de Europa”, à semelhança da “Ideia de França” do General Charles de Gaulle. Nasceu da ansiedade e do sentimento de que a cultura europeia deveria dar mais um passo em frente na tentativa de defender e valorizar a sociedade humana.

Tal como dizia Ortega y Gasset em relação à Espanha, poderemos sem dúvida admitir que a Europa *é um projecto que vale a pena*.

Se aceitarmos que esta evolução está na senda correcta do progresso humano, preocupada com a criação de uma cultura da vida, com o primado do homem e com o respeito pelos direitos humanos, a cultura europeia é a mais avançada do mundo.

E digo a cultura europeia e não a cultura ocidental porque os Estados Unidos, que se proclamam os guardiões e defensores dos valores humanos e ocidentais por esse mundo fora, não alcançaram ainda a Europa ¹⁸. Pelo menos, em quatro aspectos:

- Na abolição da pena de morte, tendo até já sido ultrapassados pelo esforço continuado, mas muito lento, da Turquia ¹⁹;
- Na completa assimilação pelas populações de alguns Estados da relativamente recente eliminação das últimas disposições legislativas racistas ²⁰;
- Na adesão a diversas iniciativas consideradas de valor ético e carácter global, como o Protocolo de Quioto ²¹, o Tribunal Penal Internacional ou o Tratado de Otava de 3 de Dezembro de 1987 sobre minas antipessoais, em vigor desde 1 de Março de 1999;

¹⁸ Alguns intelectuais americanos defendem hoje que a “cultura americana”, por força das múltiplas influências das fortes imigrações, adquiriu uma identidade própria e se deve individualizar da cultura ocidental.

¹⁹ 76 Estados já aboliram a pena de morte e 20 já não a praticam há mais de 11 anos (Janeiro de 2004). Desde 1976 a princípios de Dezenbro de 2005, os EUA executaram 1000 condenados a pela de morte

²⁰ Martin Luther King, o mais novo laureado com o Prémio Nobel da Paz (tinha 35 anos), defensor dos direitos dos negros, foi morto em 4 de Abril de 1968, em Memphis, Tennessee. Proferiu o célebre discurso “*Eu tive um sonho...*” em Washington, no Lincoln Memorial, em 28 de Agosto de 1963.

²¹ A adesão da Rússia ao Protocolo ocorreu em 2004 e o Protocolo entra em vigor em 16 de Fevereiro de 2005. Os Estados Unidos continuam a afirmar que antes de 2012 não assumirão qualquer compromisso.

– Na prioridade atribuída aos valores humanos em relação aos interesses nacionais, ou melhor, numa mais altruísta e humanista defesa dos seus interesses nacionais com efectivo respeito pelos direitos humanos e com maior coerência na escolha ou apoio a países amigos. Basta recordar que foi do interesse americano o sucessivo apoio de resultados duvidosos ao Vietname do Sul, às Filipinas, à Indonésia, ao Irão, ao Iraque, aos talibãs e agora ao Paquistão, país que entretanto foi suspenso pela *Commonwealth* (constituída maioritariamente por países do ex-Terceiro Mundo) após as eleições nada democráticas de 2002.

Esta é talvez a principal razão da falta de consenso no apoio europeu aos Estados Unidos em questões como a forma de combate ao terrorismo global, as intervenções militares preventivas e preemptivas com o objectivo de preservação da paz mundial ou o recurso frequente ao uso da força militar.

Todos os Estados, até há uma dúzia de anos, defendiam com a maior das naturalidades, com toda a veemência e com toda a legitimidade, a sua soberania e não admitiam o primado do direito internacional sobre o seu poder soberano que, segundo o conceito clássico universalmente aceite, é o *poder que não tem igual a nível interno e que não tem superior a nível externo* ²².

Os Estados Unidos são um dos Estados que ainda não estão dispostos a ceder parcela alguma da sua soberania, *nem uma sílaba*, como disse o Presidente do Comité do Senado para as Relações Exteriores, Jesse Helms ²³.

Por outro lado, a União Europeia é a única organização internacional em que os seus membros estão decididos a ir alienando, lentamente, alguns factores de soberania com o fim de pôr em prática objectivos comuns muito concretos. Mas a União Europeia luta também pelo reconhecimento universal do primado do direito internacional no compor-

²² Jean Bodin, 1576.

²³ Helms, Jesse, *American Sovereignty and the UN, The National Interest*, Nova Iorque, Winter 2000/01, p. 32.

tamento dos Estados e na regulamentação de alguns aspectos mais importantes das relações internacionais ²⁴.

É uma luta difícil, muito recente, sobre a qual nem sequer no seio da nossa comunidade europeia existe consenso, mas que encontra firme oposição nos Estados Unidos quando vêm que o Direito Internacional prejudica os seus interesses nacionais.

5. VALORES CULTURAIS E ORGANIZAÇÃO DUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL

Alguns países islâmicos não deveriam ser muito pressionados para assumir posições claras e decisivas no ambiente perturbado que o mundo islâmico vive, nomeadamente no relacionamento difícil com os Estados Unidos da América e os seus mais próximos aliados envolvidos nos conflitos do Centro e Sudoeste da Ásia.

Não só não aceitam que se estabeleça e generalize a ideia de uma ligação directa entre a violência e o islamismo, como também, como dizia o Ministro de Estado para os Assuntos Religiosos e Comunidades Turcas no Estrangeiro ²⁵, não podem sentir-se pressionados entre dois poderes, o poder do terror e o poder que esmaga o terror.

Afirmou também aquele membro do Governo turco que o Ocidente e principalmente os Estados Unidos deverão prestar atenção aos valores da herança dos outros povos e também ponderar bem as origens e a natureza do terror; não podem pensar apenas na projecção e exercício do poder.

Há um aspecto desta questão que merece ser ponderado ²⁶. Tanto na apreciação da candidatura da Turquia à União Europeia como na generalidade do diálogo euro-mediterrânico, tem havido uma certa confusão entre o que poderá ser incluído na procura de valores comuns e o que forma a diversidade cultural que é fundamental respeitar.

²⁴ Cf. Sacchetti, António E., *Soberania, Direito Internacional e Guerra*, **Revista da Armada**, Maio de 2003, p. 4.

²⁵ Aydin, Mehmet, XXI Conferência Internacional de Lisboa promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais em 20-21 de Novembro de 2003, subordinada ao tema *Diversidade e Mudança na Ordem Internacional*.

²⁶ Esta matéria deu origem à publicação de *Reflexões – Cultura e Modelo de Sociedade*, **Revista da Armada**, Agosto de 2005, p. 9.

Há, na verdade, uma diferença entre os valores e princípios que nos unem e os elementos culturais que nos identificam na diversidade.

Não é a cultura que nos une. Basta recordar quais são os pilares, os elementos fundamentais de uma cultura:

- Língua, religião, opções ideológicas, expressões artísticas, passado comum.

Na Europa, a extraordinária diversidade destes elementos é um facto e é considerada uma riqueza. A diversidade favorece o desenvolvimento mútuo.

Os valores que nos devem unir são os que formam e caracterizam a sociedade que queremos construir, e que estamos a alargar com a adesão de outros povos. Esses valores são, entre outros:

- Liberdade, democracia, solidariedade, liberalismo económico (*free enterprise*), segurança para a paz.

Estes valores, alguns recentes e frequentemente reformulados ²⁷, são opções das sociedades mais evoluídas e constituem o paradigma das aspirações de muitos povos. Representam conquistas progressivamente adquiridas pela civilização humana.

Ao contrário do que acontece com a lenta sedimentação da cultura, são valores muitas vezes adoptados durante um curto prazo tempo. São impostos quer por acção revolucionária, como aconteceu na Revolução Francesa, quer por acção legislativa, como vai acontecendo com a abolição da pena de morte ou até com as mais importantes decisões tomadas em Bruxelas.

Se pretendermos estabelecer a relação entre estes valores e os da cultura, poderemos integrar alguns deles, mas só alguns, os mais antigos e duradouros, no que foi designado por “opções ideológicas”.

²⁷ Dois exemplos: a fraternidade nascida no Século das Luzes e elemento da trilogia de valores da Revolução Francesa tem sido substituída pela solidariedade; o bem-estar que, correctamente, tinha o indivíduo como beneficiário, foi substituído pelo progresso, depois pelo desenvolvimento, logo ligado aos excessos da teologia do mercado, responsabilizado pela exploração desenfreada dos recursos naturais e por importantes agressões ao ambiente; a tentativa de amenizar o conceito substituindo-o por desenvolvimento sustentado não foi suficiente, e tem vindo a ser gradualmente esquecido.

A crise de identidade da União Europeia ainda é um facto e uma preocupação.

Por exemplo, parece não ser ainda possível que o aprofundamento da União Europeia inclua a integração das políticas externas e de defesa dos estados membros. As grandes potências ainda vivem *num mundo onde as nações actuam puramente na base do interesse e poder*²⁸.

No entanto esta dificuldade não impede que haja consenso sobre os valores comuns da cultura europeia e nenhum outro continente, mesmo parcialmente, está em condições de definir a sua identidade, tal como a Europa.

Da observação das instituições, dos documentos e estudos que vêm sendo divulgados, poderão salientar-se como valores e princípios que caracterizam a cultura europeia, os seguintes:

- Respeito pelo ser humano, considerado individualmente;
- Respeito pela liberdade do homem, nas suas múltiplas vertentes;
- Primado do direito e da igualdade perante a lei;
- Criação de instituições democráticas;
- Separação dos poderes judicial, executivo e legislativo;
- Princípio da solidariedade;
- Protecção de todas as minorias;
- Princípio da tolerância;
- Adopção de um sistema político pluralista;
- Respeito pela propriedade e pela iniciativa privada;
- Economia de mercado;
- Promoção da sociedade civil.

Por outro lado, a União Europeia definiu em Copenhaga os critérios para a adesão. São os seguintes:

- *Crítérios políticos:*
 - A presença de instituições estáveis que garantam a democracia;

²⁸ Zakaria Fareed, *The Lonesome Doves of Europe*, **Newsweek**, 30 de Setembro de 2002, p. 19.

- O Estado de direito;
 - Os direitos humanos;
 - O respeito e protecção das minorias.
- *CrITÉRIOS econÓMICOS:*
- A existência de uma economia de mercado em funcionamento;
 - A capacidade para fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado no interior da União Europeia.
- *CrITÉRIO da adopção do acervo comunitário:*
- A capacidade do país candidato para assumir as obrigações decorrentes da integração, incluindo a adesão aos objetivos da união política, económica e monetária.

Será aqui que os Estados islâmicos, mais dos que os africanos, por exemplo, sentirão maiores dificuldades, pois a adesão a estes valores perturba a articulação entre a política e o Islão, já que este também estabelece um quadro estável e cultural de valores e princípios reguladores da construção e administração da sociedade.

O Ministro de Estado turco já referido disse, poucos dias após o ataque terrorista de 20 de Novembro de 2003: *Temos uma valiosa experiência na relação entre o Estado e a religião. E interpretamos o laicismo como uma espécie de neutralidade do Estado em relação a formas de vida, a opções filosóficas* ²⁹.

No entanto, no Irão, políticos reformistas têm sido afastados, acusados de, no seu esforço de modernização, colocarem a política acima da religião e, deste modo, estarem a ofender o Islão.

Não nos devemos surpreender que, na generalidade, o diálogo Norte-Sul mediterrânico seja difícil.

²⁹ Aydin, Mehmet, em entrevista ao **Diário de Notícias**, 22 de Novembro de 2003.

6. INTEGRAÇÃO DA TURQUIA NA UNIÃO EUROPEIA

No que se refere ao alargamento da União Europeia, o caso da Turquia diz respeito ao Mediterrâneo e será talvez o mais controverso.

Tendo manifestado a pretensão de ingressar na União Europeia, mantendo o esforço para abolir a pena de morte mesmo depois dos graves ataques terroristas de que foi alvo no fim de Novembro de 2003, e sofrendo as pressões dos Estados Unidos para participar militarmente na questão iraquiana, a Turquia oscila entre a vontade de liberalizar o seu sistema político e a necessidade de manter ou de reforçar as suas leis securitárias.

Por outro lado, a Turquia sente-se ofendida com as dúvidas constantemente expressas pela União Europeia e também por não ter sido chamada a participar na projectada segurança comum europeia, uma vez que está na NATO há meio século e tem o segundo maior exército da NATO.

A União Europeia aceitou a candidatura de adesão da Turquia em Dezembro de 1999, mas ao anunciar em 2002 o segundo grupo de candidatos ao alargamento, a Turquia não foi incluída³⁰. Posteriormente, em 4 de Outubro de 2005, a UE abriu as negociações sobre a adesão da Turquia.

Com a admissão da Turquia, a União Europeia passará a ter fronteira com a Ásia Transcaucasiana (Geórgia e Arménia) com a Ásia Central (Irão e Iraque) e com o Próximo Oriente (Síria). Alargará a sua fronteira marítima até ao Levante. A instabilidade destas áreas é grave e permanente.

As dificuldades da divisão da nação curda ao longo da fronteira turca³¹ passarão a ser problemas da fronteira da União Europeia.

Alterar-se-á a perspectiva que a Europa tem do seu próprio espaço europeu.

³⁰ Em Julho de 1997 foi recomendada a abertura de negociações para a aceitação das candidaturas de: Chipre, República Checa, Estónia, Eslovénia, Hungria e Polónia; a abertura formal das negociações de adesão foi em Março de 1998. Em Outubro de 1999 foi recomendada a abertura de negociações para a adesão de: Eslováquia, Letónia, Lituânia, Malta, Bulgária e Roménia; a abertura formal das negociações de adesão foi em Fevereiro de 2002. A adesão da Bulgária e Roménia foi adiada para 2007, enquanto que os restantes dez são admitidos em 2005.

³¹ Cerca de 10 milhões na Turquia e outros 20 milhões ao longo da fronteira, na Síria, Irão, Iraque, Arménia e Azerbaijão.

Com 73,2 milhões de habitantes, a Turquia será o segundo país mais populoso da União Europeia, logo a seguir à Alemanha, que tem 82,7 milhões. O relatório do Fundo das Nações Unidas para a População de 2005 (FNUAP) prevê que, em 2050, a população da Turquia ultrapasse em cerca de 22,4 milhões a da Alemanha (101,2 e 78,8, respectivamente). 95 % da população turca vive na Ásia e 98 % são muçulmanos sunitas.

A questão demográfica alterará decisivamente a estrutura do Parlamento Europeu.

Todos os factores acima referidos muito pesarão na agenda da política interna e externa da União Europeia.

Os nacionais curdos espalhados pela Síria, Irão, Iraque, Azerbaijão e Arménia, respeitam pouco as fronteiras e tentarão certamente juntar-se aos de cidadania turca, beneficiando do facto da emigração turca não ter qualquer obstáculo legal ou legítimo. Nesta matéria, a generalizada ideia de que a Turquia ou é admitida como membro com todas as responsabilidades e direitos, ou não é admitida, exclui a hipótese da admissão acompanhada da não aplicabilidade à Turquia do *Acervo de Schengen*.

A Turquia pertence à NATO desde 18 de Fevereiro de 1952, mas as condições de adesão a uma aliança de defesa são diferentes da integração numa união política.

Por tudo o que se refere, a atenção que deve ser dispensada ao alargamento da Europa pela admissão da Turquia não se *baseia em critérios religiosos* nem resulta da vontade de fazer da Europa um *clube cristão*³², como já foi publicamente referido.

A Turquia tem sido, desde Ataturk³³, um estado laico (poder temporal separado do poder espiritual). As eleições de 3 de Novembro de 2002 colocaram no poder um partido islâmico. Mas mesmo quando

³² Dr. Durão Barroso, quando Primeiro Ministro, em entrevista ao *Le Figaro*, citado por **Diário de Notícias**, 30 de Novembro de 2002.

³³ Mustafá Kemal Paxá (1880 ou 1881-1938), conhecido por Kemal Ataturk, foi chefe do Partido Nacionalista. Opunha-se à execução do Tratado de Sèvres (1920) que desmembrava o Império Otomano, venceu os Gregos (1921-22), depôs o Sultão (1922), foi eleito Presidente da República em 1923 e conseguiu negociar o Tratado de Lausanne (1923), muito mais favorável do que o de Sèvres. Foi o fundador da Turquia moderna, como Estado laico.

foi Estado laico, a Turquia nunca foi um Estado secularizado (leis civis não subordinadas aos princípios religiosos). Continuará a Turquia a ser um Estado laico? E será isso importante, ou devemos antes aceitar a forçada argumentação apresentada por um académico turco de que a Inglaterra também não é um Estado laico, uma vez que a Rainha é a Chefe da Igreja Anglicana?

A recente tentativa de aproximar mais e rapidamente a Turquia da Europa por processo legislativo, não poderá, de modo algum, ser pronta e totalmente assimilada pela nação turca, que continuará a seguir um modelo de sociedade muito diferente do modelo da comunidade europeia em que se pretende integrar; esta, apesar da sua diversidade, procura manter fidelidade aos princípios anteriormente indicados. A mudança cultural de um povo não se consegue através de decreto, tal como, na verdade, se poderá decidir, e foi decidida, a abolição da pena de morte ³⁴.

Não se deverá, na realidade, excluir um país da União Europeia por critérios religiosos, mas afirmar isto em relação à Turquia, exclusiva e isoladamente, deixa a dúvida quanto ao cuidado com que se ponderaram os verdadeiros motivos de preocupação. Em consequência das diferenças acima expostas, devemos estar preparados para enfrentar as dificuldades que surgirão quando se pretenderem encontrar objectivos comuns e decisões políticas consensuais entre povos cujo ser e estar no mundo são sentidos e vistos sob perspectivas muito diferentes.

Os problemas que têm surgido no Sueste da Europa mostram bem a dificuldade com que se debatem as democracias ou sociedades multi-étnicas ou multiculturais de evolução recente.

Entrada da Turquia, sim, mas quando? Contribuirá positivamente para a segurança europeia e é desejada, quase que se pode dizer que é inevitável. A Europa não deve esquecer o erro da Argélia quando, de forma violenta, foi anulado o efeito positivo das eleições democráticas, nem deve também esquecer que um dos princípios que defende é o da solidariedade, solidariedade sem fronteiras, como valor humano.

³⁴ A pena de morte foi abolida em Agosto de 2002, altura em que também foi concedida à minoria curda o direito de ensino e uso da sua própria língua, e alargadas as liberdades políticas e de imprensa.

Mas que a adesão se faça com ponderação e com consciência das dificuldades. Sobretudo, devemos estar preparados para aceitar e bem gerir as diferenças. Admitir as dificuldades é um passo importante para as resolver.

Talvez a proposta apoiada pelo grupo franco-alemão e que foi aceite, prevendo um período de adaptação e de observação seguido de umas negociações mais demoradas, seja a solução sensata ³⁵.

Muito provavelmente iremos sempre ouvir dizer sim à adesão da Turquia à União Europeia, mas iremos também ver surgir, por causas não previstas nem claramente explicadas, um sem número de razões de adiamento dessa adesão.

7. MIGRAÇÕES NA BACIA DO MEDITERRÂNEO

Segundo os dados do relatório do Fundo das Nações Unidas para a População de 2005, a União Europeia tinha 384.8 milhões de habitantes, passou a ter 459,2 milhões após o último alargamento e teria 561,8 milhões se a Bulgária, Roménia e Turquia fossem admitidas com a população que tinham em 2005.

Os fluxos migratórios são fenómenos que hoje, mais do que nunca, estão ligados ao desenvolvimento económico.

A União Europeia, por razões de confiança política, de respeito pelos direitos individuais e de progresso económico, vem exercendo uma forte atracção sobre numerosos grupos de indivíduos de todos os continentes, provocando uma crescente onda de emigração a que, ultimamente, se vieram juntar os emigrantes da Europa de Leste, mesmo de países não incluídos na próxima fase do alargamento.

O caso português é um bom exemplo do que se acaba de afirmar.

³⁵ A Turquia apresentou um calendário de reformas políticas para cumprimento dos critérios de adesão que teria que respeitar durante uns dois anos. Em Dezembro de 2004, analisados os progressos conseguidos, foi marcada para 2005 a decisão sobre a calendarização do processo de adesão. Em 4 de Outubro de 2005 foi decidido abrir as negociações para a adesão da Turquia à UE.

Em 1980 residiam em Portugal ³⁶ cerca de 50.000 estrangeiros e, em meados de 2002 já havia 400.000 estrangeiros titulares de autorização de permanência.

Por outro lado, Portugal criou condições extraordinárias para os muitos emigrantes ilegais regularizarem a sua situação, nos anos de 1992, 1996 e 2002. Nos anos de 1992 e 1996, os cidadãos que aproveitaram essas condições eram, na sua quase totalidade, da CPLP, principalmente de Cabo Verde, Angola e Brasil. Em 2002, dos 169.809 que legalizaram a sua situação, 60.888 eram da Ucrânia, 30.902 do Brasil, 12.749 da Moldávia e 10.327 da Roménia.

Da região do Mediterrâneo, registaram-se 1.454 cidadãos de Marrocos. Sabe-se, no entanto que a imigração através do Mediterrâneo para a Europa é intensa, sendo os fluxos mais importantes o do Magrebe, na generalidade, para a França, o de Marrocos para a Espanha, o da Líbia para a Itália e o da Turquia para a Alemanha.

Este é um problema político, económico, social e cultural importante, que está a ser objecto de estudo e de grande debate. Mas muito grave é o problema da imigração clandestina e do tráfico de pessoas, quase sempre da responsabilidade de associações criminosas.

É um "negócio" que vem crescendo rapidamente.

A travessia marítima de cada emigrante clandestino de Tanger para a Espanha custa *entre 1.000 a 2.000 euros, dependendo do barco e do currículo do transportador (um transportador de sucesso é aquele que consegue introduzir em Espanha muitos emigrantes clandestinos; estes cobram mais caro)*.

Noutro ponto, *na Líbia (um dos países mais procurados pelas máfias que operam nesta área) calcula-se que existam cerca de dois milhões de pessoas à espera de uma oportunidade para atravessar o Mediterrâneo* ³⁷.

³⁶ Para todos os valores referentes a Portugal, cf. Palos, Manuel Germela, Director-Geral Adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão de Relações Internacionais, 21 de Outubro de 2002.

³⁷ *Europa: Tão longe e tão perto, Além-Mar*, Lisboa, Missionários Combonianos, Janeiro de 2005. p.35 (as duas citações).

Na Cimeira de Sevilha de Junho de 2002 o Conselho Europeu, recordando a ligação dos fenómenos migratórios ao desenvolvimento económico, justificou a necessidade de um apertado controlo das imigrações com a ideia de que *sem segurança não há desenvolvimento* e então nem as migrações teriam razão de ser.

No entanto, nesta matéria como na tentativa de resolução de outros problemas humanos relacionados com o terrorismo, são frequentes duas correntes de opinião:

- Os que querem combater as causas, os “males na origem do mal”;
- Os que querem combater as consequências combatendo os responsáveis pelo tráfico de pessoas ou protegendo-nos das “invasões de clandestinos”.

No combate às causas funciona a solidariedade para com os países de emigração, apoiando o seu desenvolvimento e o combate à pobreza. Mas a acção empreendida pela Europa e pelos países mais ricos tem sido sempre gritantemente insuficiente.

No combate às consequências, têm-se manifestado duas atitudes extremas, opostas, e uma moderada:

1. Os que defendem portas abertas, que dizem não ao controlo de fronteiras e que querem a integração dos imigrantes sem condições;
2. Os que querem as fronteiras fechadas, imigração zero, repressão directa ou indirecta da imigração clandestina;
3. Os que assumem uma posição intermédia, defendendo o controlo moderado e a integração programada, por sua vez admitindo duas vias ³⁸:

³⁸ O Comissário Europeu Dr. António Vitorino, numa intervenção pública que teve lugar em Portugal, em 24 de Janeiro de 2003, assumiu uma atitude semelhante, dizendo: “*Irresponsável é a tese da esquerda de uma política de portas abertas*. Defendeu uma política de quotas... articuladas a nível europeu mas definidas em concreto por cada país, de acordo com as suas necessidades e possibilidades de integração” (**Diário de Notícias**, Lisboa, 25 de Janeiro de 2003, p. 16).

- a. A assimilação pura (à semelhança do *melting pot* americano, apesar de este não ter resultado);
- b. O multiculturalismo, próprio do Universalismo Ocidental, que pode pôr em risco a própria civilização ocidental (que provou ser valiosa, única, e deve ser protegida, embora únicas sejam também as outras civilizações).

É quase sempre importante atacar simultaneamente as consequências do problema (porque se obtêm efeitos imediatos, mas a solução não é duradoura) e as suas causas (obtêm-se efeitos só a longo prazo, mas a solução é mais eficaz).

No entanto há a tendência para privilegiar a primeira acção, mais egoísta, de efeitos mais visíveis e erradamente considerada como mais adequada, pois o fenómeno manter-se-á ou repetir-se-á enquanto subsistirem as suas causas.

Insiste-se, a atitude correcta está em evitar as consequências ao mesmo tempo que se atacam as causas do mal, e fazer isto adoptando uma via intermédia, ponderada e programada, sempre passível de adaptação e correcção.

Sobre esta matéria não posso deixar de comentar um artigo que veio na imprensa.

Felipe Gonzalez escreveu um artigo com o título *A Estranha Crise*, na coluna Sem Fronteiras do **Diário de Notícias** de 3 de Julho de 2002, quando tinha terminado, havia pouco tempo, a Cimeira de Sevilha. A certa altura diz:

Começa a falar-se do emprego da Armada para combater a imigração «ilegal» ou clandestina, assim como das forças armadas para combater o terrorismo internacional. Confundem-se os termos e as ameaças. Os fluxos migratórios são vistos como «novos fantasmas» que percorrem a Europa.

Conseguem imaginar? Navios de guerra contra barcas, ou contra despojos de barcos carregados de gente sem esperança que passou pelas mãos dos novos mercadores de escravos.

É surpreendente que tal discurso passe pela mente de um ex-Primeiro-Ministro europeu.

Devia saber que a Armada não vai contra barcaças carregadas de gente sem esperança. A Armada, a espanhola tal como a portuguesa, de acordo com o interesse nacional, cumpre os objectivos políticos que lhe são fixados pelos Governos, vigiando e patrulhando as fronteiras marítimas nacionais, que são também fronteiras comunitárias.

Muitas vezes as Armadas têm socorrido as vítimas dos muitos naufrágios de barcos de imigrantes que ocorrem no Mediterrâneo, cerca de 500 por ano ³⁹, como já foi atrás referido.

E se encontram uma barcaça de imigrantes, mesmo clandestinos como reconhece, trata-os como seres humanos e entrega-os aos responsáveis políticos que dependem do Governo, para que estes decidam:

- A sua integração plena e automática,
- A sua integração controlada,
- A sua extradição,
- A sua prisão,
- A colheita de elementos para o combate aos «mercadores de escravos»,
- etc., etc..

Parece bem que se alguém está a confundir os termos e as situações é o autor do artigo, que tem a grande responsabilidade de ser um ex-Primeiro-Ministro europeu.

A fronteira da Europa à responsabilidade de Portugal é extensa, pois inclui, para além da faixa marítima continental, as ilhas dos dois arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O controlo de fronteiras deve ser feito, de forma responsável e com eficácia ⁴⁰.

³⁹ Pugh, Michael, **Europe's Boat People: Maritime Cooperation in the Mediterranean**, Chaillot Paper 41, Paris, Institute for Security Studies, WEU, Julho de 2000, p. 26.

⁴⁰ Já se referiu, por exemplo, o plano-piloto para controlo de imigrantes clandestinos na área de Gibraltar, a *Operação Ulisses* (capítulo 2), realizada de 4 a 8 de Fevereiro. A partir de 8 de Fevereiro estendeu-se ao Atlântico. Esta operação procurou dar cumprimento às decisões tomadas no já referido Conselho da UE de Sevilha, de Junho de 2002.

A Europa dos valores deseja ter, já se afirmou, uma atitude que respeite os direitos humanos. E deve ser solidária para com aqueles que a procuram para melhorar a sua condição de vida, oferecendo o seu trabalho e as suas capacidades.

Mas não pode deixar de combater o crime e de preservar a segurança, esse mesmo valor da segurança que alicia os próprios imigrantes.

8. DISSUAÇÃO DE CONFLITOS OU PREVENÇÃO DE CONFLITOS

A solidariedade, uma das armas fundamentais para a prevenção dos conflitos internacionais e dos conflitos internos dos Estados, nomeadamente nos países não democráticos, não pode mais tomar o carácter da aculturação dos tempos passados.

A prevenção dos conflitos e a preservação da paz exige uma acção política de natureza holística, pois deverá contemplar, com altruísmo, os aspectos económicos, militares, sociais, culturais e ecológicos.

As intervenções militares internacionais poderão ser mais frequentes, mas devem ser mais multinacionais e ter em vista a prossecução dos objectivos de prevenção e de pacificação previstos nos dois importantes documentos das Nações Unidas, a *Agenda para a Paz* (1992) e o *Suplemento à Agenda para a Paz* (1995).

Só em último caso se deverão desenvolver as acções militares de carácter preemptivo, a fim de reduzir ou eliminar as ameaças a que actualmente vem sendo atribuída a mais alta prioridade.

Estas ameaças foram consideradas na recente edição do nosso Conceito Estratégico de Defesa Nacional e, ao pensar na região mediterrânica, ocorre salientar as seguintes: as desigualdades no desenvolvimento; os radicalismos políticos, ideológicos e religiosos; as migrações, a imigração ilegal e o tráfico de pessoas; o terrorismo; a proliferação e o tráfico de armas; o tráfico de droga.

A profunda alteração da situação internacional na região euro-atlântica e a análise da natureza destas ameaças justificam que anteriores preocupações com a defesa territorial da Europa Ocidental contra uma ameaça nuclear e militar bem definida, tenham dado lugar a uma atitude

visando preservar e fortalecer a segurança, conceito cujo entendimento tem vindo a evoluir.

A Segurança Nacional tem sido considerada como um estado que se deseja alcançar, onde estará garantida a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas, a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado e o reforço dos valores e capacidades nacionais.

Já a Defesa Nacional é o conjunto de medidas e de acções a desenvolver pelo Estado e pelos cidadãos para atingir ou garantir aquele estado, contra qualquer agressão ou ameaça.

Por outro lado, a ameaça pode definir-se como o produto de uma intenção pela capacidade que permitirá executar aquela intenção: $A = C \times I$.

É um produto, o que significa que se qualquer dos factores for nulo, não haverá ameaça.

Durante a "guerra fria", sendo impossível anular as enormes e bem contabilizadas capacidades militares de ambas as partes em confronto, procurava-se actuar sobre as intenções; mas como também nenhuma das partes conseguia alterar o modo de pensar da outra, desencorajava-se a vontade de agredir através de uma estratégia de dissuasão.

Hoje, desconhecem-se as capacidades dos eventuais agressores e o acto terrorista de 11 de Setembro de 2001 mostra como são vastas as possibilidades de concretização de qualquer ataque.

Alterou-se a natureza da ameaça. Será muito difícil indicar, com o mínimo de rigor, os elementos que caracterizam uma ameaça: o *QUEM*, o *COMO*, o *ONDE*, o *QUANDO*, o *COM QUÊ*.

Por outro lado, não há processo de dissuadir os terroristas suicidas, nem os pequenos grupos fundamentalistas extremistas, nem tão pouco os chefes políticos como Ben Laden e os chefes de Estado como era Saddam Hussein.

Com um regimen do tipo do Iraque de Saddam nem sequer se poderá admitir regressar a um ambiente estratégico de dissuasão semelhante ao que garantiu, durante a Guerra-Fria, a não utilização de armas

de destruição maciça. Resta a possibilidade de anular a sua capacidade, impondo o desarmamento, tal como prevê o já referido *Suplemento à Agenda para a Paz*, aprovado pela ONU.

No que se refere ao terrorismo, não é provável poder actuar, nem sobre as capacidades, nem sobre as intenções.

Compreende-se então a importância das informações. Um serviço eficiente de informações será o meio mais adequado para se conseguir não só identificar os possíveis agressores, como também para conhecer as suas intenções, para detectar a formação de uma qualquer capacidade agressiva, ou ainda para descobrir o treino e os preparativos de uma agressão.

E, sendo encontrado qualquer indício de que se prepara uma acção terrorista, ou que se estão a organizar as capacidades cuja finalidade só poderá ser a de concretizar uma agressão, justificar-se-á um ataque preemptivo como meio, talvez o único meio, de eliminar a ameaça em formação.

Está generalizada a ideia de que tudo se deve fazer para que não se possam repetir actos terroristas como o de 11 de Setembro de 2001, o de Bali, o de Madrid ou o de Londres; mas os Estados Unidos são claros e peremptórios ao afirmar que não se vão defender, que vão atacar quem os praticar e quem lhes der abrigo.

Isto também por que, nestes casos, é difícil tomar medidas que concorram para a organização da defesa, segundo o pensamento clássico desenvolvido quando se tratava de enfrentar guerras convencionais entre Estados.

E assim, o conceito de defesa está a ser substituído pelo de segurança e a dissuasão está a dar lugar à prevenção ou à preempção.

A segurança aparece então como uma atitude de "cuidado", de "atenção", de vigilância permanente, baseada nas informações, e exigindo alta prontidão e grande mobilidade das forças de prevenção e de reacção.

No Mediterrâneo não há hoje nenhum Estado que tenha intenção de manifestar qualquer tipo de hostilidade em relação à Europa. Pelo

contrário, é frequente os países do Sul contarem com a cooperação da Europa para encontrar soluções para os seus problemas internos ou para os desentendimentos com os seus vizinhos.

9. DIÁLOGO E COOPERAÇÃO

No percurso cultural para o aperfeiçoamento da humanidade, acreditando, mais uma vez, que o objectivo correcto é o maior respeito pela pessoa humana e a defesa da cultura da vida, as diversas partes do mundo encontram-se em fases históricas muito distintas.

Dir-se-ia que a África equatorial e tropical está numa fase pré-medieval. A aculturação efectuada pela administração e acção missionária europeias foi insuficiente e é hoje considerada como um processo inaceitável que deve ser substituído pela livre inculturação dos valores exteriores que cada cultura vai aceitando e absorvendo, sem se descaracterizar.

Culturas superiores como a hindu, a chinesa e a japonesa, só no início do século XX retomaram o seu desenvolvimento, acelerando muito o ritmo na segunda metade daquele século.

A cultura árabe, tão avançada na Idade Média (numa perspectiva europeia) e que tanto conhecimento científico nos transmitiu até aos séculos XIV e XV, parou inexplicavelmente no tempo.

E assim, uma das dificuldades do diálogo mediterrânico reside no facto de nele participarem dois grupos de povos com percursos de desenvolvimento humano paralelos mas que se encontram em fases de progresso muito diferentes.

Nem sempre a história comum facilita o encontro de valores comuns. A história comum do Mediterrâneo Sul e Leste é factor de divisão.

Foram muitas as invasões, ocupações, as alterações de nacionalidade e de identidade. Os portugueses também sofreram as invasões de celtas (séc. VIII a.C.), romanos (séc. II a.C.), alanos (séc. V), visigodos (séc. VII) e árabes (séc. VIII). Mas isto terminou com a consolidação e estabilização do Estado português há mais de oito séculos, enquanto que as transformações na bacia do Mediterrâneo Oriental começaram antes e ainda se mantêm, no início deste terceiro milénio.

Dominique Fernandez apresentou um exemplo interessante, quando se referiu aos sicilianos nos seguintes termos:

*Os sicilianos foram gregos, cartagineses, romanos, bizantinos, árabes, normandos, espanhóis, napolitanos, italianos, mas sicilianos nunca foram, ou foram há tanto tempo que já deixaram de o ser! E é aí que reside o seu drama, em não saberem quem são, em pertencerem a demasiadas épocas e a raças diferentes.*⁴¹

Outro exemplo muito actual será o dos bósnios, que nunca tiveram um Estado independente. Aliás durante o recente conflito, os planos de partilha territorial apresentados pelos vários mediadores internacionais indicavam a divisão da Bósnia-Herzegovina em três áreas, uma de controlo sérvio, outra croata e a terceira muçulmana, sem nunca referirem os bósnios como grupo nacional. Ou então, todos pertenciam à nação bósnia que tinha que ser dividida por qualquer razão.

Mas o conflito mais grave ou que, pelo menos, mais tem prejudicado o diálogo euro-mediterrânico, será o conflito israelo-palestiniano⁴².

Não podemos esperar que estes povos estejam já preparados para esquecer os conflitos da sua história, seguindo o atrás referido exemplo da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial. Mas também não podem esmorecer os esforços para que esqueçam a animosidade histórica.

É um conflito político que tem raízes milenares culturais, quase exclusivamente religiosas. Mantém-se com acrescida gravidade nos últimos 57 anos⁴³, desde que os dois povos vêm lutando pela consolidação ou formação de dois novos Estados que não podem coexistir no território que ambos reivindicam na sua quase totalidade, sem predisposição para qualquer tipo de concessões. Ainda há poucos anos o xeque

⁴¹ Fernandez, Dominique, **Mère Méditerranée**, Paris, 1965, p. 32, citado por Matvejevitch, Predrag, **Breviário Mediterrânico**, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, p. 253.

⁴² O desaparecimento do líder palestino Yasser Arafat, em 11.11.04, acentua as incertezas quanto à evolução do conflito, ou às negociações para a sua resolução.

⁴³ A independência de Israel foi em 14 de Maio de 1948.

Ahmed Yassine, fundador e guia espiritual do Hamas, morto em 2004, tinha afirmado que *Israel desaparecerá em 2025* ⁴⁴.

Ora, precisamente porque se deseja vencer a instabilidade e as diferenças políticas, culturais e sociais que dificultam a formalização de tratados fiáveis na região mediterrânica, é que se torna vantajoso persistir no desenvolvimento dos acordos de cooperação que as diferentes organizações internacionais possibilitam, sem grandes preocupações em relação a uma ou outra eventual redundância.

O diálogo mediterrânico dos tempos recentes começou a ser institucionalizado em 1975, quando a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa promulgou o Acto Final de Helsínquia em 1 de Agosto e convidou para esse diálogo todos os países não europeus ribeirinhos do Mediterrâneo, dedicando-lhe um breve capítulo muito orientado para os problemas de segurança.

O processo de Helsínquia teve o mérito de evidenciar que a *segurança na Europa deverá ser considerada no contexto mais vasto da segurança mundial e que está estreitamente ligada à segurança na região do Mediterrâneo na sua totalidade* ⁴⁵.

Na verdade, como diz o autor do **Breviário Mediterrânico**, *a Europa não pode construir-se sem o seu berço – o Mediterrâneo. A tentativa de fazer uma Europa continental, que marginaliza o Sul, é um erro que ainda não fomos capazes de corrigir* ⁴⁶.

Por outro lado, o litoral Sul do Mediterrâneo, todo árabe, é uma ilha de África, separada pelo deserto e muito pouco interessada na história e nos projectos do resto do seu continente. Embora o islamismo se expanda rapidamente para Sul, para a África negra, os árabes mediterrânicos olham com mais interesse para Norte e para Leste

⁴⁴ **Diário de Notícias**, 28 de Dezembro de 2002, p. 10. Yassine foi morto num ataque israelita em 2004.

⁴⁵ **Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa – Acto Final**, Lisboa, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Imprensa Nacional, 1975, p. 41 (A OSCE voltará a ser referida no capítulo seguinte).

⁴⁶ Matvejevic, Predrag, entrevista dada ao **Diário de Notícias**, 6 de Novembro de 2002, p. 16. **Breviário Mediterrânico**, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, 274 pp.

Como já se referiu, a Europa exerce sobre estes povos uma certa sedução, pelo seu desenvolvimento económico e pelas garantias de liberdade e de segurança que poderá proporcionar.

Aproveitando estas circunstâncias, uma cooperação pragmática e intensa entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo muito poderia contrariar tanto o radicalismo fundamentalista como a ideia de qualquer *choque de civilizações* em que poucos parecem acreditar mas que todos sentem necessidade de citar para o negar.

Não será portanto de estranhar que os povos do Mediterrâneo, numa perspectiva de desenvolvimento humano e sem que tal tenha nada a ver com a unidade imposta por qualquer poder hegemónico que pretenda recriar um *mare nostrum* romano, procurem livremente encontrar, na utilização deste mar comum, um projecto e um destino também comum.

O novo ambiente internacional e o efeito da globalização sobre as diversas formas de relacionamento entre as comunidades, reflectem-se sobre o processo de debate dos problemas políticos que interessa à vida quotidiana dos povos do Mediterrâneo de uma forma que tem sido benéfica, funcionando como uma diplomacia alargada.

No entanto, tal não significa que o diálogo consiga facilmente vencer as múltiplas pequenas barreiras históricas.

Na generalidade, o processo do diálogo neste mosaico geográfico de culturas que é a bacia do Mediterrâneo é caracterizado por duas vertentes, igualmente importantes: o multilateralismo e o multipolarismo.

O multilateralismo procura valorizar a diversidade, interessar os povos em manter e compreender melhor essa diversidade, e ainda, em desenvolver a solidariedade.

Um exemplo notável da aplicação deste princípio, embora exterior ao processo político dos diálogos do Mediterrâneo, é o movimento ecuménico promovido pelo Papa João Paulo II em Assis. As religiões podem entender-se sem que nenhuma estabeleça um preço para a conversão.

Por outro lado, o multipolarismo tem a vantagem de aglutinar os interesses particulares e regionais em centros ou pólos de decisão, constituídos pelos diferentes grupos de diálogo já criados.

O Norte da bacia do Mediterrâneo preocupa-se com a instabilidade nos países do Sul, mas o Sul entende que os verdadeiros problemas são intra-estatais. E aqueles que são inter-estatais ocorrem entre países árabes vizinhos. As dificuldades de entendimento são entre eles e, insistem, não em relação à Europa. O diálogo é Norte-Sul mas os problemas são Sul-Sul, e o diálogo exclusivamente Sul-Sul é muito difícil, pleno de interrupções, quase impraticável.

Os países árabes não têm tradição de actuação concertada e têm tendência para privilegiar as relações bilaterais ou para constituir alianças entre grupos muito pequenos.

Mesmo a ideia de fazer evoluir a “Liga Árabe” para “União dos Países Árabes”, acompanhada da promulgação de uma “Carta Árabe” e de uma estratégia comum de defesa, sente as dificuldades postas pelas barreiras erigidas pelo acumular de persistentes diferenças.

O diálogo Norte-Sul é mais fácil num âmbito bilateral do que multilateral, tendo em consideração que a Europa ou a NATO se apresentam muitas vezes com uma voz única, em qualquer das várias organizações e grupos internacionais envolvidos nesse diálogo.

Por outro lado, o diálogo mediterrânico tem sido muito prejudicado pelo desenvolvimento dos conflitos regionais, nomeadamente os que vêm perturbando o Mediterrâneo Oriental.

Se os povos não conseguem o propósito nobre de se amarem uns aos outros, que dialoguem uns com os outros para que, pelo menos, encontrem maneira de se respeitarem uns aos outros.

A profusão de nacionalidades na Europa e a necessidade de deixar a cada uma o máximo possível da capacidade de decisão num amplo espaço de integração, aconselhou o recurso ao conceito de subsidiariedade, conceito do século XIX que já havia sido recuperado pelo Papa Pio XI no longínquo ano de 1931 ⁴⁷.

⁴⁷ Pela Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de Maio de 1931, no quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 15 de Maio de 1891.

Esse mesmo conceito de subsidiaridade deverá ser tido em conta nas relações Norte-Sul mediterrânicas. Não se pretenda obter do diálogo algo mais do que o que é útil ao progresso dos povos em ambiente de estabilidade e de paz.

Mas, se por um lado é preciso respeitar e ouvir as minorias, seria bom que o diálogo contribuísse para fazer sentir a essas minorias que a atitude radical do recurso fácil à violência e à ilegalidade não pode ser aceite.

As minorias, em Portugal, nos Estados Unidos e em toda a parte, estão a assumir, cada vez mais frequentemente atitudes cada vez mais violentas, tanto ilegítimas como ilegais.

O diálogo poderá contribuir para fazer sentir que a atitude irresponsável não pode conquistar o respeito.

Os países do Sul, na tentativa de integração e de aprofundamento das relações com o Norte, entendem que os propósitos de ambas as partes nem sempre coincidem. De um modo geral, os países do Sul mais escla-
recidamente empenhados neste relacionamento, apontam como finali-
dades principais as seguintes:

1. Alcançar a democracia ou desenvolver de forma tranquila a transição para a democracia;
2. Manter a estabilidade política interna e, igualmente importante, as relações estáveis de boa vizinhança;
3. Procurar uma correcta articulação entre o Islão e a política;
4. Promover o desenvolvimento económico, com base nos princípios do liberalismo económico.

São estes objectivos que os grupos islâmicos mais conservadores e as minorias radicais não aceitam.

Os países árabes têm necessidade de ultrapassar o legado autori-
tário. Nesta transformação terão que encontrar soluções diversas para realidades diferentes. Não se pode definir “um” processo de transição. Há vários processos de transição cada um deles marcado por uma sucessão de avanços e de recuos.

10. ESTRUTURAS PARA O DIÁLOGO E COOPERAÇÃO

Praticamente, todas as organizações internacionais de âmbito regional institucionalizaram um diálogo mediterrânico: para além da OSCE, a União Europeia e a NATO, a UEO em extinção ou transformação e outras iniciativas bilaterais ou multilaterais como o Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (Grupo 5+5), criaram estruturas que são diferentes na sua constituição mas que têm a mesma finalidade de desenvolver a cooperação e de fortalecer a segurança na bacia do Mediterrâneo.

Contudo, as dificuldades de entendimento ainda são muitas.

Como já foi referido (capítulo 9), a primeira organização a institucionalizar o diálogo entre a Europa e os restantes povos do Mediterrâneo foi a CSCE, OSCE a partir de 1 de Janeiro de 1995, que publicou a Acta Final de Helsínquia em 1 de Agosto de 1975.

Ficou registado o propósito de *manter e ampliar os contactos e diálogo iniciados pela CSCE com os Estados mediterrânicos (...) com a finalidade de contribuir para a paz (...) para o reforço da segurança, para a diminuição das tensões na região e ampliar o alcance da cooperação (...)* ⁴⁸.

Estávamos a meio do período da Guerra-Fria e no Mediterrâneo sentiam-se fortemente os efeitos da bipolarização política mundial.

A situação caracterizava-se fundamentalmente pela manutenção de uma NATO forte dentro de fronteiras bem definidas, pelo equilíbrio entre o poder naval americano e o soviético, e por um Norte de África e Levante procurando, com o instável apoio do Bloco Leste, consolidar as independências ainda jovens.

A cooperação e o diálogo que a CSCE propunha pretendiam desvalorizar a perspectiva geoestratégica que então dominava todas as relações internacionais, e encontrar para ela uma alternativa política.

É indiscutível a extraordinária importância que tiveram esta Organização e este documento. Hoje, o mais importante papel da OSCE será o de contribuir para a manutenção da estabilidade e da segurança na região

⁴⁸ Conferência ... op. cit., p.42.

dos Balcãs e junto dos Estados da antiga União Soviética, a actual Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A proposta italo-espanhola de 1992 para a criação de uma Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, individualizando e aprofundando o que a OSCE vem fazendo, não teve ainda qualquer sucesso.

A NATO também sempre se interessou pela segurança e estabilidade no Mediterrâneo.

Terminado o confronto Leste-Oeste, a NATO criou, em Fevereiro de 1995, o Diálogo Mediterrânico, com o propósito da criação de confiança entre as nações e de promover a transparência e a cooperação na região.

Logo dois anos depois, na cimeira de Madrid de Julho de 1997, decidiu criar o Grupo de Cooperação do Mediterrâneo, na directa dependência do Conselho do Atlântico Norte, para orientar e dinamizar o Diálogo Mediterrânico.

Quando, em 1999, elaborou o seu novo conceito estratégico ⁴⁹ reiterou os princípios de solidariedade e coesão entre os seus membros, e manifestou o claro propósito de desenvolver a cooperação e o diálogo com os outros Estados, incluindo os países do Sul do Mediterrâneo. Definiu como objectivo político a prevenção de conflitos e a gestão de crises, com o fim último de preservar a paz e de garantir a estabilidade.

No parágrafo 38 daquele Conceito Estratégico lê-se: *A segurança na Europa está intimamente ligada à segurança e à estabilidade no Mediterrâneo.*

Em Julho de 2002, o Conselho do Atlântico Norte designou como uma das suas mais altas prioridades, a consolidação e o aprofundamento do Diálogo Mediterrânico.

A evolução do ambiente e do sistema das relações internacionais tem, como é natural, levado a NATO a desviar gradualmente as suas preocupações da Europa Central para o Sueste da Europa.

⁴⁹ **Conceito Estratégico da Aliança**, aprovado em Washington, em 24 de Abril de 1999, na reunião de Chefes de Estado e de Governo, comemorativa do seu 50.º aniversário.

Para além dos assuntos de segurança, de defesa e de informações, a NATO preocupa-se com a estabilidade dos países do Sul e apoia os esforços da transição para a democracia.

Porém, a dificuldade de entendimento Sul-Sul e a não aceitação da formação de grupos internacionais representativos dos Estados do Sul, leva a que, conforme as circunstâncias, o Diálogo Mediterrânico tome uma configuração bilateral de 26+1, ou multilateral de 26+7.

O sistema da Parceria para a Paz (PpP) desenvolvido pela NATO na vasta região euro-asiática visa acomodar a diversidade na mudança. É uma forma de acção que está no consciente dos que actuam no Mediterrâneo e que poderá mesmo vir a ser aqui institucionalizada.

E isto satisfaz o Sul, que quer segurança fundamentada num processo de inclusão. Sejam quais forem as designações usadas, membros, parceiros, observadores, candidatos, o que os países do Sul e do Leste pretendem é a integração.

O diálogo desenvolvido pela União Europeia a partir do processo de Barcelona, é mais abrangente do que o Diálogo Mediterrânico orientado pela NATO.

O Sul considera que o processo de Barcelona é o melhor que a União Europeia pode oferecer. Precisa de ser aperfeiçoado mas está em constante evolução. Com certa frequência, vão-se desenvolvendo novos projectos do âmbito das três vertentes que foram definidas como prioritárias: a vertente política e de segurança, a económica e financeira, a sociocultural e humana.

Este fórum é o único que incluiu a Autoridade Palestiniana, mas o conflito israelo-árabe tem dificultado frequentemente os trabalhos.

Na última cimeira, em Barcelona, em 27 de Novembro de 2005 (10.º aniversário da instituição), surpreendeu a quase total ausência de chefes de Estado dos países árabes.

Para além das relações Norte-Sul que têm vindo a ser desenvolvidas por cada uma das organizações europeias, a União Europeia tem debatido frequentemente o tema do Mediterrâneo com a NATO, procurando a complementaridade de esforços e de iniciativas.

Nas duas primeiras reuniões, a NATO e a União Europeia trocaram informações e experiências. Agora já coordenam agendas para trabalhos futuros.

Uma outra instituição para o aprofundamento das relações entre os povos do Mediterrâneo e que nos interessa de forma particular é o Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental, vulgarmente designado Grupo 5+5.

Criado em 1990, tem a vantagem de não incluir o perturbado Mediterrâneo Oriental, o que facilita o desenvolvimento do diálogo.

Cada uma destas instituições tem a sua composição e este é o único fórum que inclui a Líbia. A dificuldade criada pelo embargo que lhe havia sido imposto, que esteve depois adormecido e foi reactivado em Lisboa, em 2001, poderá estar agora ultrapassada, face à atitude de cooperação com a comunidade internacional recentemente anunciada pelo coronel Khadafi.

Em 5 e 6 de Dezembro de 2003 realizou-se em Tunes a primeira conferência cimeira deste Grupo, com a particularidade de não ter tido agenda formal. O aprofundamento e consolidação do entendimento é já um objectivo de grande valor. E alguns passos significativos têm sido dados, embora estas realizações lentas e pouco espectaculares não mereçam a atenção da comunicação social e, conseqüentemente, não cheguem ao conhecimento público.

Outros grupos de diálogo e cooperação talvez menos importantes têm sido criados e são indicados em Anexo.

11. CONCLUSÕES

O desenvolvimento político da Europa e a evolução da conjuntura internacional nesta região do mundo têm favorecido o relacionamento entre os povos mediterrânicos, com excepção dos envolvidos no conflito israelo-árabe.

No entanto, são muitas as dificuldades a vencer, normalmente em consequência de desentendimentos históricos e de diferenças culturais, erradamente consideradas irreconciliáveis durante séculos.

A Europa tem vindo a construir a liberdade, a justiça e o bem comum sobre um horizonte cada vez mais amplo. Onde as circunstâncias não lhe permitem fazê-lo através da União, poderá fazê-lo através da cooperação.

O caminho será difícil e terão sido cometidos erros que é necessário corrigir. Mas é também necessário realçar o muito que já foi feito. A persistência das instituições envolvidas no diálogo mediterrânico e o que de positivo já foi alcançado serão o melhor incentivo para prosseguir, e para alcançar a paz e garantir a segurança na Europa e no Mediterrâneo.

A estrutura multipolar dos centros de decisão e dos diálogos é muito útil e proporciona algumas realizações, a maioria das vezes como fruto da acção bilateral, contribuindo decisivamente para prevenir as tensões e para reduzir as dificuldades postas pela diversidade.

Não podemos esperar resultados rápidos ou espectaculares entre povos que mantêm ou até procuram acentuar as diferenças culturais.

Uma das dificuldades, por exemplo, manifesta-se no facto de o Ocidente, perante dúvidas, recorrer aos tribunais, enquanto que os povos muçulmanos recorrem ao *Corão* e aos princípios islâmicos, com a possibilidade de obter e de pôr em prática diferentes interpretações para casos semelhantes que ocorrem em países diferentes e até, por vezes, no mesmo país.

No entanto, entre o Norte e o Sul não há inimigos e por isso mesmo o diálogo é possível, sendo claramente reconhecidas as vantagens que proporciona.

É evidente, para ambas as partes, que não há qualquer intenção de dominar e que também não se pretende associar o diálogo quer ao exercício do poder quer à utopia de criar uma união fundada sobre valores culturais comuns.

O diálogo na Bacia do Mediterrâneo, diversificado e permanente, estabelece um relacionamento entre a Europa e o Islão do Norte de África que não tem paralelo em qualquer outra região do mundo onde ocorra o encontro de duas culturas tão diferentes.

E este relacionamento entre o islamismo e o Ocidente no Mediterrâneo mostra ainda que o que se passa no Sudoeste da Ásia não pode

ser identificado como o generalizado Choque de Civilizações a que se refere Samuel Huntington ⁵⁰.

Para os conflitos daquela área terão que se encontrar outras causas, outras razões, ou outras motivações.

⁵⁰ Huntington, Samuel P., **O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial**, Lisboa, Gradiva, Janeiro de 1999, 417 pp. e Huntington e vários, **O Choque das Civilizações**, Lisboa, Gradiva, 78 pp..

MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

| Países | OSCE | NATO | PpP | UEO | UE |
|----------------------|------|------|-----|-------|------|
| Albânia | x | | x | | |
| Alemanha | x | x | | x | x |
| Andorra | x | | | | |
| Arménia | x | | x | | |
| Áustria | x | | x | obs | x |
| Azerbaijão | x | | x | | |
| Bélgica | x | x | | x | x |
| Bielorússia | x | | x | | |
| Bósnia | x | | | | |
| Bulgária | x | x | x | p.ass | cand |
| Canadá | x | x | | | |
| Cazaquistão | x | | x | | |
| Chipre | x | | | | x |
| Croácia | x | | x | | |
| Dinamarca | x | x | | obs | x |
| Eslováquia | x | x | x | p.ass | x |
| Eslovénia | x | x | x | p.ass | x |
| Espanha | x | x | | x | x |
| Estados Unidos | x | x | | | |
| Estónia | x | x | x | p.ass | x |
| Finlândia | x | | x | obs | x |
| França | x | x | | x | x |
| Geórgia | x | | x | | |
| Grécia | x | x | | x | x |
| Holanda | x | x | | x | x |
| Hungria | x | x | x | m.ass | x |
| Irlanda | x | | x | obs | x |
| Islândia | x | x | | m.ass | |
| Itália | x | x | | x | x |
| Letónia | x | x | x | p.ass | x |
| Liechtenstein | x | | | | |
| Lituânia | x | x | x | p.ass | x |

| Países | OSCE | NATO | PpP | UEO | UE |
|-----------------------|------|------|-----|-------|------|
| Luxemburgo | x | x | | x | x |
| Macedónia | x | | x | | |
| Malta | x | | | | x |
| Moldávia | x | | x | | |
| Mónaco | x | | | | |
| Noruega | x | x | | m.ass | |
| Polónia | x | x | x | m.ass | x |
| Portugal | x | x | | x | x |
| Quirguistão | x | | x | | |
| Reino Unido | x | x | | x | x |
| República Checa | x | x | x | m.ass | x |
| Roménia | x | x | x | p.ass | cand |
| Rússia | x | | x | | |
| Santa Sé | x | | | | |
| São Marino | x | | | | |
| Jugoslávia | x | | | | |
| Suécia | x | | x | obs | x |
| Suíça | x | | x | | |
| Tadjiquistão | x | | x | | |
| Turquemenistão | x | | x | | |
| Turquia | x | x | | m.ass | cand |
| Ucrânia | x | | x | | |
| Uzbequistão | x | | x | | |
| MEMBROS | 55 | 26 | 30 | 10 | 25 |
| CANDIDATOS | — | — | — | — | 3 |
| MEMBROS ASSOCIADOS | — | — | — | 6 | — |
| OBSERVADORES | — | — | — | 5 | — |
| PARCEIROS ASSOCIADOS | — | — | — | 7 | — |

Destes países, pertencem à Organização da Conferência Islâmica: Albânia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão, Turquia e Uzbequistão.

(Última correcção, Dezembro 2004)

DIÁLOGO EURO-MEDITERRÂNICO

(Nov. 2005)

1. ***Diálogo Mediterrânico*** – Conselho do Atlântico Norte, 25 de Fevereiro de 1995
NATO (26) + 7 – Argélia (desde Fevereiro de 2000), Egipto, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia, Tunísia.
Entre outras matérias trata de cooperação militar em matérias de segurança, defesa e informações. Por vezes funciona melhor bilateralmente 26+1.
2. ***Grupo 5+5 – Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental*** – Proposta francesa – Roma 1990.
Espanha, França, Itália, Malta (mais tarde), Portugal.
Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Tunísia (países da UMA – Magrebe).
Evita a perturbação que os conflitos do Mediterrâneo Oriental vêm causando.
Dificuldades: Embargo à Líbia (congelado em 1991, reactivado em Lisboa, 2001); não participação do Egipto; difíceis relações Argélia-Marrocos.
Não trata de matérias de segurança.
1.^a Cimeira em Tunes, 5-6.12.03, sem agenda formal.
3. ***Processo de Barcelona*** – Barcelona 27-28 de Novembro de 1995.
UE (25) + 9 + 1 – Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia, mais a Autoridade Palestiniana.
O processo mais amplo, mais ambicioso e mais válido.
O diálogo interparlamentar teve a sua primeira reunião ao nível de presidentes dos parlamentos em Atenas, no princípio de Abril de 1997. O primeiro *Fórum Parlamentar Euro-Mediterrânico*, depois frequentemente designado *Fórum Euro-Mediterrânico*, realizou-se em Bruxelas, em 27/28 de Outubro de 1998.
4. ***Fórum Mediterrânico para o Diálogo e Cooperação*** – Iniciativa da Egipto, 1991, concretizada em Alexandria, Julho de 1994. Reuniões informais.
Argélia, Egipto, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta (em 1994), Marrocos, Portugal, Tunísia, Turquia.
Dificuldade em evitar a repetição dos temas tratados no Processo de Barcelona. Trata sobretudo de problemas económicos, sociais e de segurança.
5. ***OSCE – MPCs*** – Acto Final de Helsínquia, 1 de Agosto de 1975
OSCE (55) + 6 – Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Israel, Jordânia, como Parceiros Mediterrânicos para a Cooperação (MPC – Mediterranean Partners for Co-operation), designação que em 5 de Dezembro de 1995

substituiu a anterior, Estados Mediterrânicos Não Participantes (NPMS – Non-Participating Mediterranean States). Desenvolve acção diplomática, para um melhor entendimento.

6. *Diálogo UEO-Mediterrâneo*

UEO (já integrada na EU) (28) + 7 – Argélia, Mauritânia, Tunísia Marrocos, Egipto, Jordânia, Israel. Preocupa-se com segurança e informações, âmbito militar.

7. *Diálogo Euro-Árabe* – 1975

Entre a Comunidade Europeia e a Liga Árabe.

Suspenso nos anos 80 por aumento de tensão Leste-Oeste.

Relançado em 1989 e abandonado após a invasão do Kuwait pelo Iraque.

8. *Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo* – Proposta italo-espanhola de 1992

Seguir o espírito da OSCE. Não concretizada.

POPULAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA (FNUAP – 2005)

(Em milhões)

| Membros: | Totais | | |
|-------------------------------------|---------------|-------|-------|
| Alemanha | 82,7 | | |
| Áustria | 8,2 | | |
| Bélgica | 10,4 | | |
| Dinamarca | 5,4 | | |
| Espanha | 43,1 | | |
| Finlândia | 5,2 | | |
| França | 60,5 | | |
| Grécia | 11,1 | | |
| Irlanda | 4,1 | | |
| Itália | 58,1 | | |
| Luxemburgo | 0,47 | | |
| Países baixos | 16,3 | | |
| Portugal | 10,5 | | |
| Reino Unido | 59,7 | | |
| Suécia | 9,0 | 384,8 | |
| Último alargamento: | | | |
| Chipre | 0,8 | | |
| Eslováquia | 5,4 | | |
| Eslovénia | 2,0 | | |
| Estónia | 1,3 | | |
| Hungria | 10,1 | | |
| Letónia | 2,3 | | |
| Lituânia | 3,4 | | |
| Malta | 0,4 | | |
| Polónia | 38,5 | | |
| República Checa | 10,2 | 74,4 | 459,2 |
| Candidatos: | | | |
| Bulgária | 7,7 | | |
| Roménia | 21,7 | | |
| Turquia | 73,2 | 102,6 | 561,8 |
| Os dez maiores do mundo: | | | |
| 1,º China | 1315,8 | | |
| 2,º Índia | 1103,4 | | |
| 3,º EUA | 298,2 | | |
| 4,º Indonésia | 222,8 | | |
| 5,º Brasil | 186,4 | | |
| 6,º Paquistão | 157,9 | | |
| 7,º Rússia | 143,2 | | |
| 8,º Bangladesh | 141,8 | | |
| 9,º Nigéria | 131,5 | | |
| 10,º Japão | 128,1 | | |

PAÍSES DA BACIA DO MEDITERRÂNEO

(Nov. 2005)

Europeus – 12

Espanha (*)
França
Mónaco
Itália
Malta
Eslovénia
Croácia
Sérvia/Mont.
Albânia
Grécia
Turquia
Chipre
(**)

Africanos – 5

Marrocos
Argélia
Tunísia
Líbia
Egipto

Mar Negro – 5

Bulgária
Roménia
Ucrânia
Geórgia
Rússia

Asiáticos – 3 + 1

Israel
Síria
Líbano
Autor. Palestiniana

Outros,

Associados ao Diálogo - 3

Portugal
Mauritânia
Jordânia

Europeus sem litoral, mas da OSCE – 3

Bósnia-Herzegovina (quase s/ litoral)
São Marinho
Santa Sé

(*) c/Ceuta e Melilla em África

(**) Gibraltar (Reino Unido)

TOTAL – 31 + 1

FORÇAS MULTINACIONAIS EUROPEIAS

1. **Força Anfíbia Anglo-Holandesa – UKINL AF - 1973**
Reino Unido, Holanda
2. **Corpo Europeu – Eurocorpo – 1992**
Alemanha, França, Bélgica, Espanha, Luxemburgo
3. **Divisão Multinacional Central – MDC – 1992**
Alemanha, Reino Unido, Holanda, Bélgica
4. **1.º Corpo Germano-Holandês – 1st GE/NE CORPS – 1993**
Alemanha, Holanda
5. **Força Operacional Rápida Europeia – Eurofor – 1995**
Espanha, França, Itália, Portugal
6. **Força Marítima Europeia – Euromarfor – 1995**
Espanha, França, Itália, Portugal
7. **Força Anfíbia Hispano-Italiana – SIAF – 1997**
Espanha, Itália
8. **Grupo Aéreo Europeu – GAE – 1998**
Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Holanda

(Fonte: João Paulo Costa, "O Mundo em Português", IEEI, Maio 2003)

Há ainda forças navais da NATO que permanente ou irregularmente, navegam no Mediterrâneo: STANAVFOLRLANT, STANAVFORMED (a partir de 1992), MCMFORCHAN (para o Norte da Europa – Canal de Inglaterra) e MCMFORSOUTH (iniciou actividade em 27 de Maio de 1999)

MIGRAÇÕES NA BACIA DO MEDITERRÂNEO

(População, previsão de população e variação de população)

(Dez. 2005)

| | 2002 | 2005 | 2050 | Varição 2005/50 |
|---------------------------------------|------|------|-------|--------------------|
| Principais países de imigração | | | | |
| Espanha | 39,9 | 43,1 | 42,5 | -1,4% |
| França | 59,7 | 60,5 | 63,1 | +4,3% |
| Grécia | 10,6 | 11,1 | 10,7 | -3,6% |
| Itália | 57,4 | 58,1 | 50,9 | -12,4% |
| Sérvia/Mont. | 10,5 | 10,5 | 9,4 | -12,5% |
| Portugal | 10,0 | 10,5 | 10,7 | +1,9% |
| Principais países de emigração | | | | |
| Argélia | 31,4 | 32,9 | 49,5 | +50,5% |
| Egipto | 70,3 | 74,0 | 125,9 | +70,1% |
| Libano | 2,0 | 3,6 | 4,7 | +30,6% |
| Líbia | 5,5 | 5,9 | 9,6 | +62,7% |
| Marrocos | 31,0 | 31,5 | 46,4 | +47,3% |
| Síria | 17,0 | 19,0 | 35,9 | +88,9% |
| Tunísia | 9,7 | 10,1 | 12,9 | +27,7% |
| Turquia | 68,6 | 73,4 | 101,2 | +37,9% |
| Outros países | | | | |
| Albânia | 3,2 | 3,1 | 3,5 | +12,9% |
| Croácia | 4,7 | 4,6 | 3,7 | -19,6% |
| Eslovénia | 2,0 | 2,0 | 1,6 | -20,0% |
| Israel | 6,3 | 6,7 | 10,4 | +52,2% |

Notas:

1. População em milhões de habitantes.
2. Elementos (excepto as percentagens) extraídos dos relatórios da ONU, UNFPA 2002 e 2005.
3. Para esta análise não tem significado a inclusão de Malta, Mónaco e Chipre.
4. Os valores indicados para a Turquia, que se prevê que ultrapassem os da Alemanha, são um alerta para a proposta do sistema de votação no Conselho da Europa, que coloca a Alemanha no topo, por razões demográficas.
5. Israel não deveria ser considerado, dada a possibilidade de alteração da área nacional e visto os imigrantes procederem de regiões muito variadas.
6. É muito possível que as migrações acabem por alterar as previsões da ONU para 2050.
7. Incluiu-se Portugal, embora esteja fora da área em análise.
8. Tinha sido feito um quadro semelhante em 2003. Os valores percentuais de variação da população 2003/2050 eram maiores do que os deste quadro, na generalidade, quer nos aumentos, quer nas reduções de população.

A ONU E A LUTA PELA PAZ NA BACIA MEDITERRÂNICA

1. Missão Política e de Consolidação da paz:

- a. **UNSCO** - United Nations Special Coordinator Office para o Médio Oriente, para a coordenação do processo de paz no Médio Oriente e representação pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas junto da Autoridade Palestiniana e da Organização para a Libertação da Palestina – Desde 1 de Outubro de 1999.

2. Operações para a Manutenção da Paz:

- a. **UNMIK** - United Nations Interim Administration in Kosovo, para o exercício da autoridade administrativa, legislativa e judicial do território do Cosovo, até que seja definido o seu futuro político, através de eleições – Desde Junho de 1999;
- b. **UNFICYP** - United Nations Peacekeeping Force in Cyprus, para tentar impedir a continuação do conflito entre as comunidades grega e turca de Chipre – Desde Março de 1964;
- c. **UNOMIG** - United Nations Observer Mission in Georgia, para observar a acção das forças da Comunidade de Estados Independentes e o cessar fogo entre o Governo da Geórgia e os separatistas de Abkasia – Desde Agosto de 1993;
- d. **UNIFIL** - United Nations Interim Force in Lebanon, para verificar a retirada das forças israelitas do Líbano e auxiliar o Governo do Líbano a manter a autoridade na área – Desde Março de 1978;
- e. **UNDOF** - United Nations Disengagement Observer Force, para verificar a separação e o cessar fogo entre as forças de Israel e da Síria, nos Montes Golan – Desde Junho de 1974;
- f. **UNTSO** - United Nations Truce Supervision Organization, para observar a suspensão do conflito Israelo-Árabe – Desde Maio de 1948;
- g. **MINURSO** - United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara, para a resolução, através de referendo, do conflito entre Marrocos, país do Magrebe, e a frente POLISSÁRIO (Frente Popular para a Libertação de Saguia el-Hamra e Rio do Ouro) – Desde Abril de 1991.

TRATADOS DE PAZ NO MEDITERRÂNEO ORIENTAL

(Pós-IGG, assinados entre Aliados e Império Otomano)

E CONFLITO GREGO-TURCO ACTUAL

1. TRATADO DE SÈVRES, 10 de Agosto de 1920:

- Expulsão da Turquia da Europa excepto da área envolvente de Constantinopla;
- Adrianópolis (Edrine), Smyrna (Izmir) e maioria do “interland” de Istambul, para a Grécia;
- Dodecaneso e Rodes para a Itália;
- Criada a República da Arménia;
- Síria e Líbano, mandatos franceses;
- Iraque, Palestina e Transjordânia, mandatos ingleses;
- Estreitos de Dardanelos e Bósforo, desmilitarizados e internacionalizados.

Gazi Mustafá Kamal Pachá rejeitou o Tratado de Sèvres, e a Turquia entrou em guerra com a Grécia em 1922.

2. TRATADO DE LAUSANA, 24 de Julho de 1923. Substituiu o de Sèvres:

- Adrianópolis, Smyrna, Trácia Oriental e parte da Arménia recuperadas pela Turquia;
- Dodecaneso continuou italiano;
- Chipre continuou britânica;
- Egeu ficou para a Grécia, excepto Imbros e Tenedos que ficaram turcas, mas desmilitarizadas;
- Mantêm-se os mandatos franceses e britânicos;
- Estreitos de Dardanelos e Bósforo, sob soberania turca, permanecem desmilitarizados; proibida a passagem de navios de guerra; abertos à restante navegação, sob superintendência da Liga das Nações;
- 1 milhão de gregos saíram da Turquia; 500 mil turcos saíram da Grécia.

A Turquia acusou a Itália de estar a preparar ataques à Ásia Menor, a partir do Dodecaneso (Em Outubro de 1935 Mussolini atacou a Abissínia, em 1936 anexou-a e depôs o Imperador).

3. CONVENÇÃO DE MONTREUX, 20 de Julho de 1936, revisão do Trat. de Sèvres;

- Permitida a fortificação dos Dardanelos e Bósforo;
- Estabelecida uma Convenção sobre a tonelagem dos navios que podem passar os estreitos, o que não agradou à URSS. Ainda está em vigor. O controlo passou a ser turco.

4. CONFLITO GRECO-TURCO

Embora se verifiquem progressos no diálogo entre a Grécia e a Turquia, as causas de tensão entre estes dois países, algumas herdadas do princípio do século passado, são as seguintes:

- Direitos soberanos sobre a plataforma continental do mar Egeu;
- Limites do mar territorial,
- Definição de zonas de controlo do tráfego aéreo civil e militar sobre o Egeu;
- Chipre (Incluindo a invasão turca, com ocupação de 40 % da Ilha);
- Militarização das ilhas do Egeu Oriental pela Grécia (Contrariando os Tratados de Lausana, 1923, e de Paris, 1947);
- Problemas das minorias:
 - Grega ortodoxa, em Istambul e Ilhas de Imbros e Tenedos;
 - Muçulmana, na Trácia Ocidental.(Existem outros problemas de minorias, na Grécia e na Turquia, mas que não estão directamente relacionados com o conflito greco-turco).

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 3 |
| 2. Factor geográfico..... | 5 |
| 3. Estratégia naval no Mediterrâneo | 11 |
| 4. A “Ideia de Europa”. Soberania e direito internacional..... | 14 |
| 5. Valores culturais e organização de uma sociedade multicultural..... | 18 |
| 6. Integração da Turquia na União Europeia..... | 22 |
| 7. Migrações na bacia do Mediterrâneo | 25 |
| 8. Dissuasão de conflitos ou prevenção de conflitos..... | 30 |
| 9. Diálogo e cooperação | 33 |
| 10. Estruturas para o diálogo e cooperação..... | 39 |
| 11. Conclusões | 42 |

ANEXOS:

| | |
|--|----|
| – Membros das organizações internacionais | 45 |
| – Diálogo euro-mediterrânico | 47 |
| – População da União Europeia | 49 |
| – Países da bacia do Mediterrâneo | 50 |
| – Forças Multinacionais Europeias | 50 |
| – Migrações na bacia do Mediterrâneo | 51 |
| – A ONU e a luta pela paz na bacia mediterrânica | 52 |
| – Tratados de paz no Mediterrâneo Oriental | 53 |

CADERNOS NAVAIS

Volumes Publicados

1. *A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares*,
V.Alm. António Emilio Sacchetti.
2. *Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados*, C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
3. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*,
V.Alm. António Emilio Sacchetti e C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
4. *O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima*,
Dr. Luis da Costa Diogo
5. *Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional*,
V.Alm. Alexandre Reis Rodrigues
6. *Portugal e a sua Circunstância*,
Prof. Doutor Adriano Moreira, V. Alm. António Emilio Sacchetti, Dr. João Soares Salgueiro,
Prof.^a Doutora Maria do Céu Pinto, Prof.^a Doutora Maria Regina Flor e Almeida
7. *O Poder Naval Missões e Meios*,
CMG Carlos Nélson Lopes da Costa
8. *Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filosófico-Estatutária*,
TEN Carla Pica
9. *Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral*,
Dr. José Medeiros Ferreira
10. *A Estratégia Naval Portuguesa*,
V.Alm. António Emilio Sacchetti, Prof. Doutor António José Telo, V.Alm. Magalhães Queiroz,
Alm. Vieira Matias, C.Alm. Lopo Cajarabille, CMG Marques Antunes, Dr. Nuno Rogeiro,
V.Alm. Ferreira Barbosa, Dr. Tiago Pitta e Cunha, V.Alm. Reis Rodrigues, C.Alm. Melo
Gomes, V.Alm. Alexandre Silva Fonseca, V.Alm. Pires Neves, V.Alm. Rebelo Duarte
11. *O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*,
CMG José Manuel Silva Carreira
12. *As Forças Armadas e o Terrorismo*,
C.Alm. José Augusto de Brito
13. *O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal*,
Alm. Vieira Matias
14. *A Estratégia Naval Portuguesa*,
Prof. Doutor Hernâni Lopes, Prof Doutor Manuel Lopes Porto, Dr. João Salgueiro,
Prof. Doutor José Carlos Venâncio, Dr. Salgado Matos, Dr. Félix Ribeiro,
Prof. Doutor Fernando Santos Neves, Dr. Joaquim Aguiar, Prof. Doutor Adriano Moreira,
15. *A Security em âmbito marítimo. O código ISPS*
Dr. Luis Manuel Gomes da Costa Diogo, CTen. José António Velho Gouveia